



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 02 | Fevereiro 2015



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia

GPEARI

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: Fevereiro de 2015

Elaborado com informação disponível até ao dia 26 de fevereiro.

Editores:

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia

Rua da Prata, 8

1149-057 Lisboa

Telefone: +351 217 921 372

Fax: +351 217 921 398

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9072



(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

Índice

<hr/>	
Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	11
2. Conjuntura Nacional	15
3. Comércio Internacional	27
<hr/>	
Iniciativas e Medidas Legislativas	33
<hr/>	
Abreviaturas Utilizadas	43

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * No quarto trimestre de 2014, a produção industrial mundial desacelerou ligeiramente para 3,0% em termos homólogos (3,1% no terceiro) devido ao abrandamento da produção dos países emergentes e em desenvolvimento, especialmente asiáticos. Neste período, o comércio mundial de mercadorias também desacelerou, em resultado de um enfraquecimento das exportações dos países emergentes (também da Ásia); já que as importações mundiais aceleraram.
- * O PIB da OCDE desacelerou para 1,8% em termos homólogos reais no 4.º trimestre de 2014, (2,1% no 3.º trimestre) influenciado por um crescimento menos forte dos EUA e por um enfraquecimento da França; dado que as economias do Japão, do Reino Unido e dos principais países da área do euro melhoraram (Alemanha, Itália, Espanha). Para o conjunto dos países da OCDE, a taxa de inflação homóloga diminuiu para 1,1% em dezembro de 2014 (1,5% em novembro) em consequência de uma quebra mais acentuada dos preços de energia e, a taxa de desemprego também desceu para 7,3%, em média, no ano de 2014 (7,9%, em média, em 2013). Relativamente aos países emergentes, alguns deles desacelerou influenciado na generalidade por uma descida muito acentuada dos preços do petróleo e das restantes matérias-primas; e, no caso da Rússia em resultado também do prolongamento da crise financeira ampliada pela deterioração de tensões geopolíticas em torno da Ucrânia.
- * Nos EUA, o PIB desacelerou para 2,5% em termos homólogos reais no 4.º trimestre de 2014 (2,7% no 3.º trimestre) em resultado de um menor dinamismo do investimento privado, nomeadamente do segmento não residencial e por um abrandamento das exportações. Pelo contrário, o consumo privado manteve um crescimento robusto, tendo aumentado 2,8% em termos homólogos reais. Os indicadores disponíveis para o início de 2015 sugerem a continuação de uma atividade económica dinâmica (produção industrial, vendas a retalho e indicador de confiança dos consumidores). Em janeiro de 2015, a taxa de desemprego subiu para 5,7% e a taxa de inflação homóloga caiu para -0,1% (o mais baixo desde finais de 2009).
- * No 4.º trimestre de 2014, o PIB da União Europeia (UE) manteve o crescimento de 1,3% em termos homólogos reais e o da área do euro (AE) aumentado para 0,9% (0,8% no 3.º trimestre) tendo a melhoria abrangido a generalidade dos países, com exceção da França. De acordo com o indicador previsional do Banco de Itália, o PIB trimestral em cadeia da AE deve continuar a acelerar no 1.º trimestre de 2015 (+0,3% no 4.º trimestre de 2014). Em janeiro de 2015, o indicador de sentimento económico subiu tanto para a UE como para a AE, devido sobretudo à melhoria dos indicadores de confiança dos consumidores e do comércio a retalho. Em dezembro de 2014, a taxa de desemprego diminuiu para a UE e para a AE para 9,9% e 11,4%, respetivamente (10,6% e 11,8%, em dezembro de 2013). Em janeiro de 2015, a taxa de inflação homóloga da área do euro diminuiu para -0,6% (a taxa mais baixa desde agosto de 2009) e para 0,3% em termos de variação dos últimos 12 meses (0,4% em dezembro de 2014).
- * Em fevereiro de 2015 e, até ao dia 24, o preço *spot* do petróleo Brent subiu para se situar, em média, em 58 USD/bbl (51€/bbl), invertendo a tendência descendente registada desde meados de 2014 até ao início de 2015. No mesmo mês, as taxas de juro de curto prazo continuaram a descer para a área do euro, atingindo níveis historicamente baixos; enquanto prosseguiu o movimento ascendente nos EUA., situando-se, em média, até ao dia 24, em 0,05% e 0,26%, respetivamente.
- * Após uma elevada volatilidade no mercado cambial e uma depreciação significativa do euro face às principais divisas no início de 2015, assistiu-se em fevereiro de 2015 a alguma correção, ten-

do o euro face ao dólar situado em 1,13 no dia 24 (semelhante ao final do mês de janeiro) mas depreciado 6,7% face ao final de 2014 (1,21).

Conjuntura Nacional

- * A estimativa rápida das Contas Nacionais Trimestrais do INE para o 4.º trimestre de 2014 aponta para uma variação homóloga de 0,7% do PIB, o que se traduz numa variação homóloga de 0,9% para a totalidade do ano.
- * No ano de 2014, o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho aumentou 0,9% em termos homólogos, o que contrasta com a quebra de 1,7% no ano anterior.
- * No mês de janeiro de 2015, e face a dezembro de 2014, os Índices de opinião dos empresários relativos ao volume de vendas no Comércio a Retalho, procura interna de Bens de Consumo e opinião relativa à procura interna de Bens Duradouros melhoraram.
- * No último trimestre de 2014, o indicador de FBCF publicado pelo INE apresentou uma variação homóloga de 0,3% (+1,3 p.p. face ao 3.º trimestre de 2014). Em termos anuais, este indicador apresentou uma variação homóloga de -0,3%, o que mesmo assim representa uma melhoria de 8,9 p.p. face a 2013.
- * Até novembro de 2014, o excedente acumulado da balança corrente foi de 1133 milhões de euros (valor que compara com o excedente de 257 milhões de euros no período homólogo).
- * No quarto trimestre de 2014, a taxa de desemprego fixou-se nos 13,5%, associada a um crescimento do emprego em 0,5%. Em termos anuais, a taxa de desemprego ascendeu aos 13,9%, -2,3 p.p. do que em 2013, com o emprego a crescer 1,6%.
- * A variação do IPC, em janeiro, foi de -0,4%, enquanto o IPC subjacente cresceu 0,3%. Já o IPPI agravou a quebra, caindo 4% em janeiro (-3,4% em dezembro).
- * Em janeiro, saldo global provisório das administrações públicas (AP), na ótica da contabilidade pública, foi de 549M€. Considerando o universo comparável o saldo situou-se nos 377,2 M€, que compara com 665,7M€ no período homólogo de 2014, no que respeita ao excedente primário, o mesmo cifrou-se em 512,3M€.
- * Para este comportamento contribuíram os seguintes subsectores: o Estado com um agravamento do défice em 242,7M€, a Segurança Social com uma redução do excedente orçamental de 117,7M€ e a Administração Local com uma diminuição do saldo de 9,7M€. Os serviços e Fundos Autónomos apresentam uma diminuição do défice em 163M€ e a Administração Regional apresenta melhoria no seu saldo de 9,2M€.
- * Em janeiro, a execução financeira consolidada¹ provisória do SNS revelou um saldo de 23M€, refletindo uma melhoria de 4,1M€ face ao período homólogo de 2014.
- * De acordo com os dados publicados pelo Banco de Portugal, em dezembro de 2014, a dívida pública das administrações públicas cifrou-se em 224,5 mil M€, menos 1427M€ que no final de novembro e mais 5252M€ que no ano anterior.

Comércio Internacional

- * Os **resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional** recentemente divulgados² apontam para um crescimento homólogo das exportações de mercadorias de 1,9% no

¹ Considerando a despesa efetivamente realizada e os compromissos assumidos, em consonância com o princípio de registo em base de compromissos.

² Resultados mensais preliminares de janeiro a dezembro de 2014.

ano de 2014. Neste mesmo período, as importações aumentaram 3,2%, o que levou a um agravamento de 926 milhões de euros do défice da balança comercial (fob-cif), correspondente a 9,6%. A taxa de cobertura das importações pelas exportações foi de 82%, menos 1,1 p.p. que em 2013.

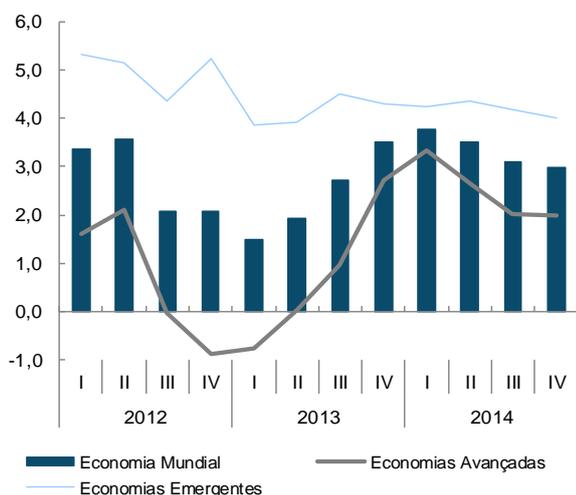
- * No ano de 2014, o crescimento homólogo das exportações de mercadorias, excluindo os produtos energéticos, foi superior ao crescimento das exportações totais (4,1%). As importações registaram uma variação homóloga positiva e superior ao crescimento das exportações (6,1%), o que levou a um agravamento do saldo negativo da respetiva balança comercial em 31,1%.
- * De janeiro a dezembro de 2014, a maioria dos grupos de produtos contribuiu positivamente para o crescimento global das exportações de mercadorias. Destaca-se o contributo dos “Agroalimentares” (+0,9 p.p.), do “Vestuário e Calçado” (+0,8 p.p.), dos “Produtos Acabados Diversos” (+0,7 p.p.) e do “Material de Transporte” (+0,6 p.p.).
- * Em 2014, as exportações para o mercado comunitário cresceram, em termos homólogos, 2,8% e contribuíram em 2p.p. para o crescimento das exportações totais de mercadorias. As exportações para os países da UE-15 registaram uma variação homóloga positiva de 2,6% e as exportações para os países do Alargamento 7,6%, sendo os respetivos contributos para o crescimento do total das exportações de 1,7 p.p. e 0,2 p.p.. As exportações para o Reino Unido, registaram o maior contributo Intra UE-15 (+0,7 p.p.) para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para Espanha (+0,4 p.p.), França e Alemanha (ambos com +0,3 p.p.).
- * No ano de 2014, as exportações para os Países Terceiros registaram um decréscimo de 0,1%, passando a representar 29,1% do total das exportações nacionais (-0,6 p.p. face ao período homólogo). Destaca-se o comportamento positivo das exportações para a China (+27,6%), a Argélia (+11,5%) e a Venezuela (+9,5%).
- * De janeiro a dezembro de 2014, as exportações de produtos industriais transformados registaram uma variação homóloga positiva de 2,1%. As exportações de produtos de baixa, média-alta e alta intensidade tecnológica contribuíram positivamente para o crescimento das exportações deste tipo de produtos (+2,3 p.p., +0,8 p.p. e +0,2 p.p., respetivamente).
- * De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de novembro de 2014, as Exportações de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 2,5% nos primeiros onze meses de 2014. A componente de Serviços registou uma melhor performance relativamente à dos Bens (5,4% e 1,1%, respetivamente) e destacou-se com o maior contributo para o crescimento do total das exportações (1,7 p.p.).

1. Enquadramento Internacional

Atividade Económica Mundial

No 4.º trimestre de 2014, a produção industrial mundial desacelerou ligeiramente para 3,0% em termos homólogos (3,1% no 3.º trimestre) devido ao abrandamento dos países emergentes e em desenvolvimento, especialmente dos países asiáticos.

Figura 1.1. Produção Industrial
(VH, em %)



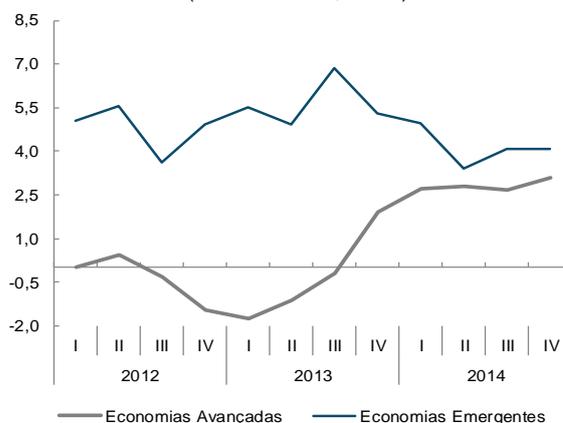
Fonte: CPB.

Igualmente, o comércio mundial de mercadorias também desacelerou neste trimestre em resultado de um crescimento menos forte das exportações mundiais; já que as importações mundiais aceleraram.

De facto, no 4.º trimestre de 2014 e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial abrandou para 3,5% (3,7% no 3.º trimestre);
- as exportações mundiais desaceleraram para 3,5% (4,0% no 3.º trimestre); enquanto as importações mundiais aumentaram para 3,6% (3,4% no 3.º trimestre).

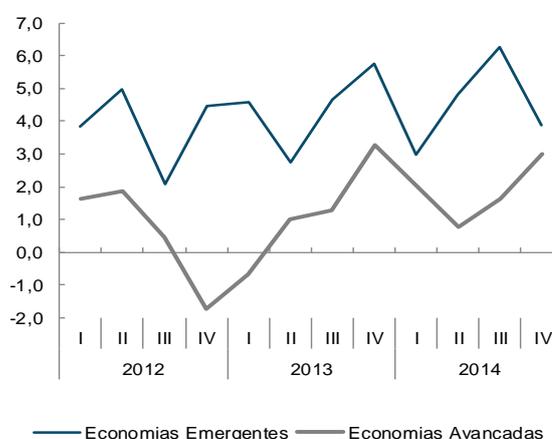
Figura 1.2. Importações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

A ligeira deterioração das trocas comerciais mundiais no 4.º trimestre de 2014 deu-se devido ao pior desempenho das exportações dos países emergentes e em desenvolvimento, sobretudo asiáticos. Pelo contrário, para as economias avançadas, tanto as importações como as exportações aceleraram, sendo esta tendência mais significativa para o último caso, especialmente para o Japão e para a área do euro.

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

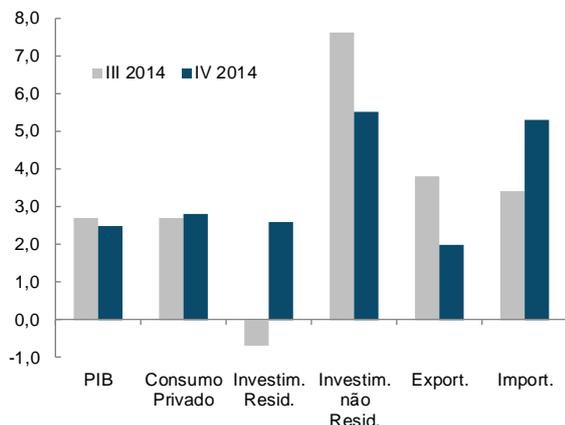
Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

Indicador	Unidade	Fonte	2014	2013	2014				2014			
				4T	1T	2T	3T	4T	set	out	nov	dez
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	CPB	3,3	3,5	3,8	3,5	3,1	3,0	3,4	3,0	2,9	3,1
Economias Avançadas	VH	CPB	2,5	2,7	3,3	2,7	2,0	2,0	2,0	2,2	1,8	2,0
Economias Emergentes	VH	CPB	4,2	4,3	4,3	4,4	4,2	4,0	4,8	3,9	3,9	4,3
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	2,7	4,0	3,2	2,9	3,7	3,5	5,0	3,5	2,6	4,4
Importações Mundiais	VH	CPB	3,5	3,6	3,8	3,1	3,4	3,6	5,1	3,6	2,6	4,6
Economias Avançadas	VH	CPB	2,8	1,9	2,7	2,8	2,7	3,1	3,2	2,9	1,9	4,5
Economias Emergentes	VH	CPB	4,1	5,3	5,0	3,4	4,1	4,1	7,1	4,4	3,3	4,7
Exportações Mundiais	VH	CPB	3,2	4,5	2,5	2,8	4,0	3,5	4,8	3,5	2,7	4,2
Economias Avançadas	VH	CPB	1,9	3,3	2,0	0,8	1,6	3,0	2,3	2,6	3,0	3,4
Economias Emergentes	VH	CPB	4,5	5,8	3,0	4,8	6,3	3,9	7,3	4,3	2,4	5,0

Atividade Económica Extra-UE

Nos **EUA**, o PIB desacelerou para 2,5% em termos homólogos reais no 4.º trimestre de 2014 (2,7% no 3.º trimestre), influenciado por um menor dinamismo do investimento privado, nomeadamente do segmento não residencial, e por um abrandamento das exportações. No entanto, o consumo privado manteve um crescimento robusto, tendo aumentado para 2,8% em termos homólogos reais.

Figura 1.4. PIB e componentes da Despesa em volume nos EUA (VH, em %)

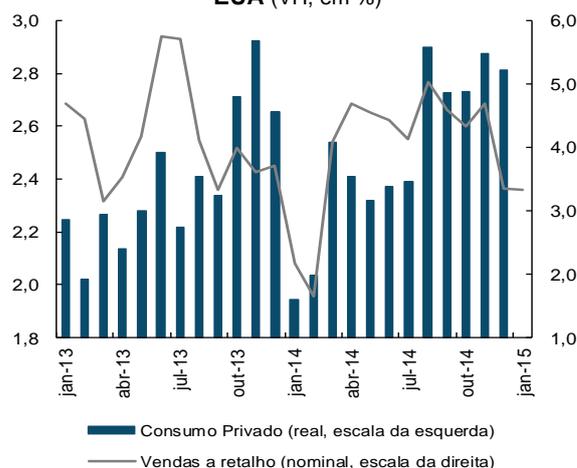


Fonte: Bureau of Economic Analysis.

Os indicadores disponíveis para o início de 2015 sugerem a continuação de um forte dinamismo da atividade económica. Assim, em janeiro de 2015 e, em termos homólogos:

- a produção industrial acelerou para 4,8% (4,4% em dezembro de 2014) e o indicador de confiança dos empresários dos serviços melhorou;
- as vendas a retalho aumentaram para 3,3% em termos nominais (igual ao mês precedente) acompanhando a subida expressiva do indicador de confiança dos consumidores (o mais elevado desde fevereiro de 2004);
- a taxa de desemprego subiu para 5,7% e a taxa de inflação homóloga caiu para -0,1%, o valor mais baixo desde novembro de 2009 (+0,8% em dezembro de 2014).

Figura 1.5. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)

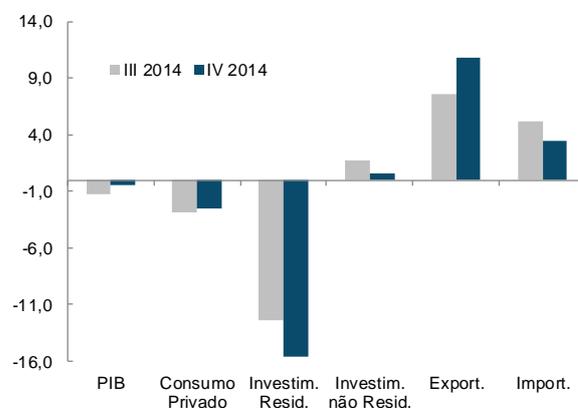


Fonte: Bureau of Economic Analysis.

No 4.º trimestre de 2014, o PIB do **Japão** diminuiu 0,4% em termos homólogos reais (-1,3%, no 3.º trimestre) resultando numa melhoria da economia causada essencialmente pelo fortalecimento das exportações.

Em dezembro de 2014, a taxa de inflação homóloga manteve-se em 2,4%, tendo, porém, no conjunto do ano aumentado para 2,7% (0,4% em 2013) em resultado da subida da taxa do IVA em abril de 2014.

Figura 1.6. PIB e Componentes da Despesa em Volume no Japão (VH, em %)



Fonte: Instituto de Estatística do Japão.

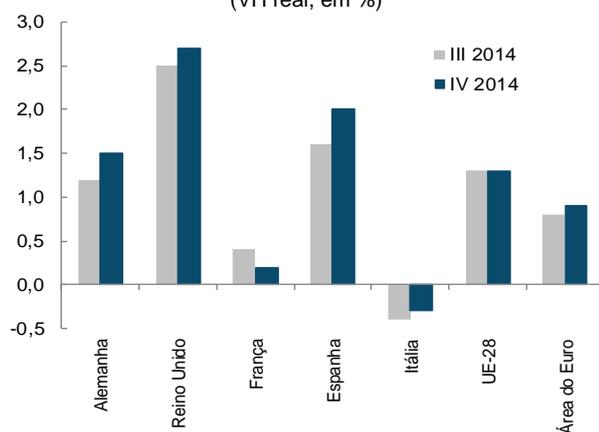
Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE

Indicador	Unidade	Fonte	2014	2013	2014				2014			2015
				4T	1T	2T	3T	4T	out	nov	dez	jan
EUA – PIB real	VH	BEA	2,4	3,1	1,9	2,6	2,7	2,5	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	4,2	3,3	3,3	4,2	4,7	4,5	4,2	4,9	4,4	4,8
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	55,8	56,7	52,7	55,2	57,6	57,6	59,0	58,7	55,1	53,5
Índice ISM dos Serviços	%	"	59,8	56,2	54,8	60,2	63,4	61,0	60,0	64,4	58,6	61,5
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	84,1	76,9	80,9	82,8	83,0	89,8	86,9	88,8	93,6	98,1
Taxa de Desemprego	%	BLS	6,2	7,0	6,6	6,2	6,1	5,7	5,7	5,8	5,6	5,7
China – PIB real	VH	NBSC	7,4	7,6	7,4	7,5	7,3	7,3	-	-	-	-
Exportações	VH	MC	6,1	7,5	-4,7	5,0	13,0	8,7	11,6	4,7	9,7	-3,3
Japão – PIB real	VH	COGJ	0,0	2,2	2,2	-0,4	-1,3	-0,4	-	-	-	-

Atividade Económica da UE

No 4.º trimestre de 2014, o PIB da União Europeia (UE) manteve o crescimento de 1,3% em termos homólogos reais e o da área do euro (AE) aumentou para 0,9% (0,8%, no 3.º trimestre). A melhoria da economia da área do euro estendeu-se à generalidade dos países, com exceção da França. De acordo com o indicador previsional do Banco de Itália, o PIB trimestral em cadeia da AE deve continuar a acelerar no 1.º trimestre de 2015 (0,3% no 4.º trimestre de 2014).

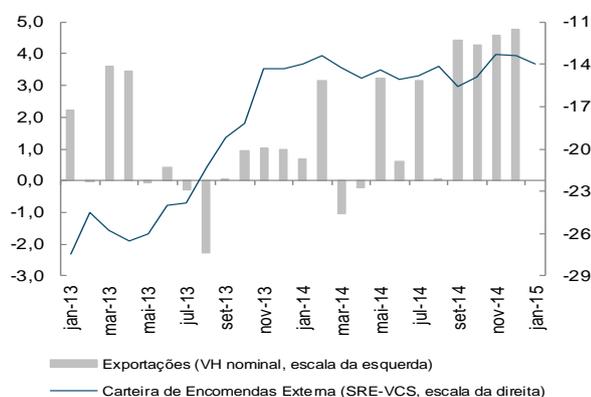
Figura 1.7. PIB da União Europeia
(VH real, em %)



Fonte: Eurostat.

Os indicadores quantitativos para a área do euro no decurso do 4.º trimestre de 2014 indicam uma melhoria significativa das vendas a retalho e das exportações; já que a produção industrial desacelerou, mantendo-se quase estagnada.

Figura 1.8. Exportações e Encomendas externas da Área do Euro



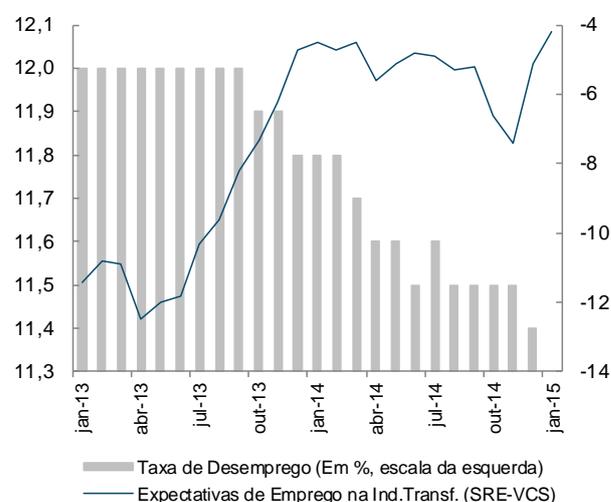
Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em janeiro de 2015, o indicador de sentimento económico subiu tanto para a UE como para a AE devido sobretudo à melhoria dos indicadores de confiança dos consumidores e do comércio a retalho.

No 4.º trimestre de 2014, a taxa de desemprego desceu ligeiramente para 10% na UE e, manteve-se em 11,5% na AE. No conjunto do ano de 2014, este indicador diminuiu em ambas as zonas, para se situar em 10,2% e 11,6%, respetivamente (10,8% e 12%, em 2013).

Em janeiro de 2015, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego melhoraram para os setores da indústria transformadora e dos serviços; enquanto pioraram para a construção e o comércio a retalho.

Figura 1.9. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em janeiro de 2015, a taxa de inflação homóloga da área do euro diminuiu para -0,6% (a taxa mais baixa desde agosto de 2009) e para 0,3% em termos de variação dos últimos 12 meses (0,4% em dezembro de 2014). Esta evolução resultou sobretudo de uma quebra mais acentuada dos preços de energia, a qual foi de -9,3% em termos homólogos (-6,3% em dezembro de 2014).

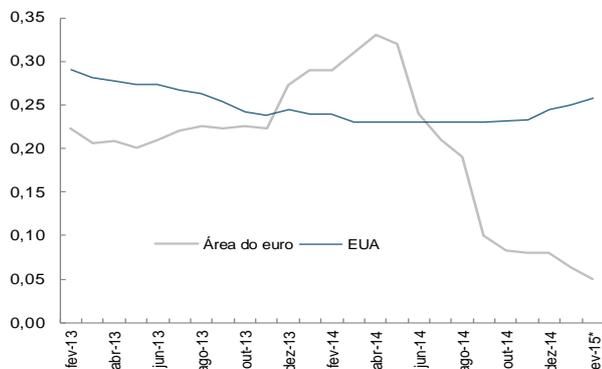
Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2014	2013	2014					2014			2015
				4T	1T	2T	3T	4T	out	nov	dez	jan	
União Europeia (UE-28) – PIB real	VH	Eurostat	1,4	0,9	1,5	1,3	1,3	1,3	-	-	-	-	
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	105,0	102,6	104,9	106,3	104,6	104,1	104,1	104,0	104,1	104,6	
Área do Euro (AE-18) – PIB real	VH	Eurostat	0,9	0,4	1,1	0,8	0,8	0,9	-	-	-	-	
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	101,3	99,0	101,5	102,2	100,8	100,7	100,7	100,7	100,6	101,2	
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	0,7	1,5	1,4	0,8	0,4	0,1	0,9	-0,5	0,0	:	
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	1,3	0,4	1,0	1,3	0,9	2,0	1,7	1,4	2,9	:	
Taxa de Desemprego	%	"	11,6	11,9	11,8	11,6	11,5	11,5	11,5	11,5	11,4	:	
IHPC	VH	"	0,4	0,8	0,6	0,6	0,4	0,2	0,4	0,3	-0,2	-0,6	

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

Em fevereiro de 2015, as taxas de juro de curto prazo continuaram a descer para a área do euro, atingindo níveis historicamente baixos; enquanto prosseguiu o movimento ascendente para os EUA. Com efeito, até ao dia 24, a taxa Euribor a 3 meses situou-se em 0,05% e a dos EUA em 0,26%.

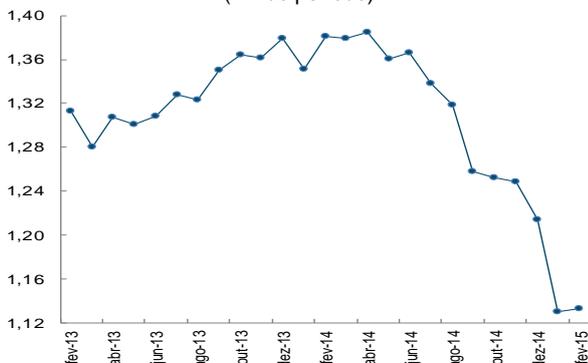
Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do Mercado Monetário (Média mensal, em %)



Fonte: BCE; IGCP. * Média até ao dia 24.

Em janeiro de 2015, as taxas de juro de longo prazo desceram quer para a área do euro quer para os EUA, sendo particularmente acentuada para o primeiro caso; refletindo sobretudo as expectativas sobre o programa de compra de dívida soberana por parte do BCE e beneficiado do efeito de refúgio em resultado da situação de incerteza em torno da Grécia.

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)

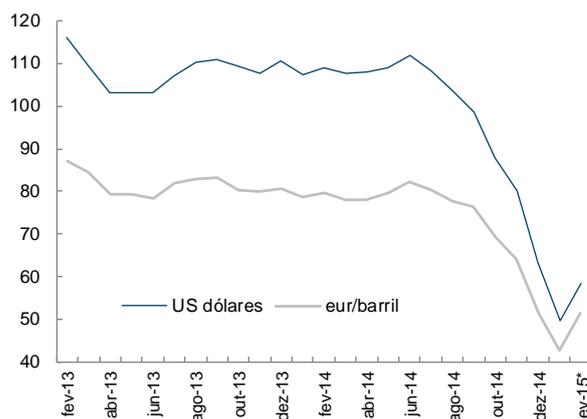


Fonte: Banco de Portugal. Para fevereiro, o valor é do dia 24.

No início de 2015 assistiu-se a uma elevada volatilidade no mercado cambial e a uma depreciação significativa do euro face às principais divisas. Para a depreciação do euro contribuíram a fraca taxa de inflação; as preocupações relativas à economia da Grécia e as repercussões do programa de compra de dívida soberana do BCE a concretizar-se no próximo mês de março. Porém, no período mais recente, registou-se alguma correção cambial e, no dia 24 de fevereiro de 2015, o euro face ao dólar situou-se em 1,13 (semelhante ao final do mês de janeiro) mas, depreciou-se 6,7% face ao final do ano de 2014 (1,21).

Em janeiro de 2015, o índice de preços relativo do preço do petróleo importado desceu para 41,8 (por memória atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979). Em fevereiro de 2015, o preço do petróleo *Brent* inverteu a tendência descendente registada desde meados de 2014, para se situar, em média, até ao dia 24, em 58 USD/bbl (51€/bbl), influenciado, em parte, por um menor número de plataformas em atividade nos EUA.

Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média dos dias 1 a 24.

Em janeiro de 2015, o preço das matérias-primas não energéticas desacelerou, tendo diminuído 11,7% em termos homólogos (-10% em dezembro de 2014), devido sobretudo ao recuo dos preços dos metais (-20,5%).

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	Fonte	2014	2013	2014				2014			2015
				4T	1T	2T	3T	4T	out	nov	dez	jan
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	0,08	0,29	0,31	0,21	0,08	0,08	0,09	0,08	0,08	0,05
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	2,53	2,73	2,75	2,61	2,49	2,27	2,29	2,32	2,20	1,87
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	2,04	2,97	2,66	2,22	1,79	1,50	1,61	1,54	1,34	1,13
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,214	1,38	1,379	1,366	1,258	1,214	1,252	1,248	1,214	1,131
Dow Jones*	VC	Yahoo	7,5	9,6	-0,7	2,2	1,3	4,6	2,0	2,5	0,0	-3,7
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	1,2	7,5	1,7	2,1	-0,1	-2,5	-3,5	4,4	-3,2	6,5
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	99,52	109,28	107,95	109,66	103,42	64,39	87,88	79,99	63,31	49,52
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	-8,4	-0,7	-4,1	6,3	-5,6	-40,7	-19,7	-25,8	-42,8	-53,8
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	-8,4	-5,3	-7,5	1,3	-5,6	-23,3	-13,6	-19,8	-36,4	-45,9
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	70,5	75,5	75,7	75,0	72,9	60,2	65,3	62,6	52,6	41,8

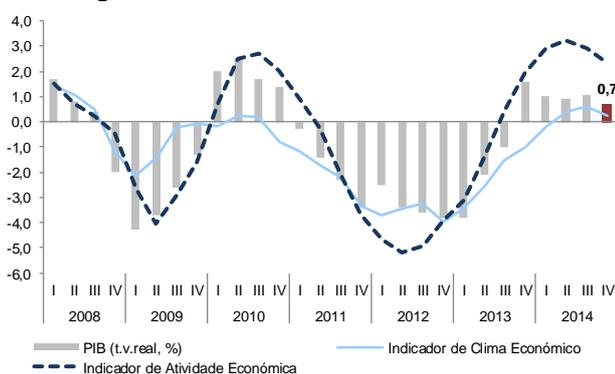
* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramos de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflador, utiliza-se o último deflador conhecido). Nota: O preço do Petróleo Brent de 2009 a 2015 corresponde à média diária do IGCP.

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

A estimativa rápida das Contas Nacionais Trimestrais do INE para o 4.º trimestre de 2014 aponta para uma variação homóloga de 0,7% do PIB (1,1% no 3.º trimestre), consubstanciando um crescimento médio homólogo de 0,9% no conjunto do ano de 2014 (-1,4% em 2013). Segundo o INE, este valor resulta de um contributo menos positivo da procura interna, fruto de uma desaceleração do consumo privado. A procura externa líquida registou um contributo menos negativo, devido à aceleração das Exportações de Bens e Serviços. De notar que, comparativamente com o trimestre anterior, estima-se que o PIB aumentou 0,5% em termos reais (0,3% no 3.º trimestre).

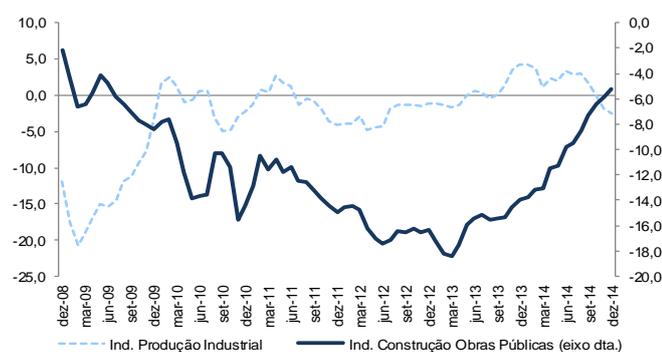
Figura 2.1. Indicador de Clima Económico



Fonte: INE.

No trimestre terminado em dezembro, registou-se uma desaceleração do Indicador de Atividade Económica do INE, assinalando uma variação média homóloga de 2,3% (0,6 p.p. inferior ao do trimestre anterior).

Figura 2.2. Índices de Produção (VH, MM3)



Fonte: INE.

Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	Fonte	2014	2013	2014				2014				2015
				4T	1T	2T	3T	4T	set	out	nov	dez	jan
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	0,9	1,6	1,0	0,9	1,1	0,7	:	:	:	:	:
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	0,3	-1,0	-0,2	0,4	0,6	0,2	0,6	0,6	0,4	0,2	0,3
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	-7,4	-10,3	-8,2	-8,4	-6,5	-6,3	-6,4	-6,6	-6,1	-6,1	-6,1
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	-1,3	-3,7	-1,3	-0,7	-1,9	-1,3	-2,0	0,1	-1,2	-3,0	1,2
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	-2,1	-11,7	-6,0	-1,7	0,3	-1,1	-2,1	1,3	-3,1	-1,5	-0,9
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-45,3	-50,2	-47,2	-46,3	-44,9	-42,9	-44,3	-40,4	-43,8	-44,5	-38,4
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	0,9	4,2	1,2	3,3	1,6	-2,6	-2,9	0,2	-2,6	-5,4	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	-1,2	3,0	-0,3	-1,1	-1,3	-2,0	0,8	0,6	-7,4	1,3	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	-2,2	-3,0	-1,5	-0,8	-3,6	-2,8	-4,5	-2,2	-2,7	-3,6	:

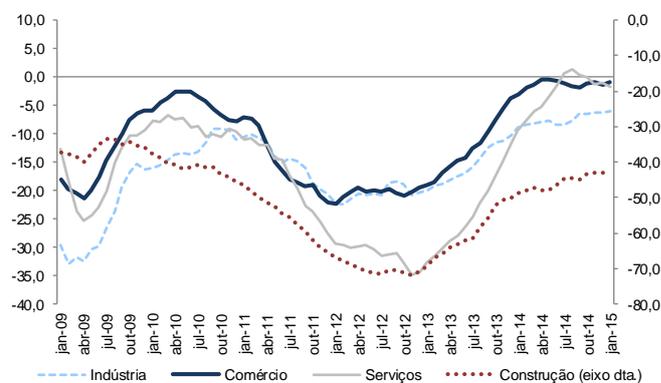
* Primeira Estimativa.

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao 4.º trimestre, mostram que, em termos homólogos:

- na indústria transformadora, o índice de produção registou uma quebra de 2,6% e o índice de volume de negócios uma redução de 2,0% (1,6% e -1,3% no 3.º trimestre de 2014, respetivamente);
- o índice de produção na construção e obras públicas apresentou uma quebra menos acentuada (-5,2% quando no trimestre anterior apresentava uma variação homóloga de -7,3%);
- o índice de volume de negócios nos serviços apresentou uma quebra face ao período homólogo de 2,8% (+0,7 p.p. face ao trimestre terminado em setembro);
- o índice de volume de negócios no comércio a retalho registou um crescimento de 0,4%, um valor inferior ao crescimento de 1,5% observado nos três meses anteriores.

No trimestre terminado em janeiro assistiu-se a uma melhoria dos indicadores de confiança, excetuando dos serviços, quando comparados com o 4.º trimestre do ano.

Figura 2.3. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)

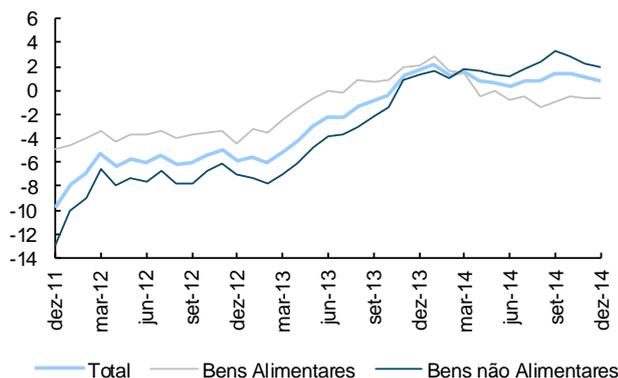


Fonte: INE.

Consumo Privado

No quarto trimestre de 2014, o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho (IVNCR) cresceu 0,8%, desacelerando 0,7 p.p. face ao terceiro trimestre. Em termos anuais, o IVNCR cresceu 1,0% (-1,7% em 2013). Das suas componentes, a componente não alimentar cresceu 2,0%, enquanto a componente alimentar recuou 0,2% (-3,0% e 0,1% em 2013, respetivamente).

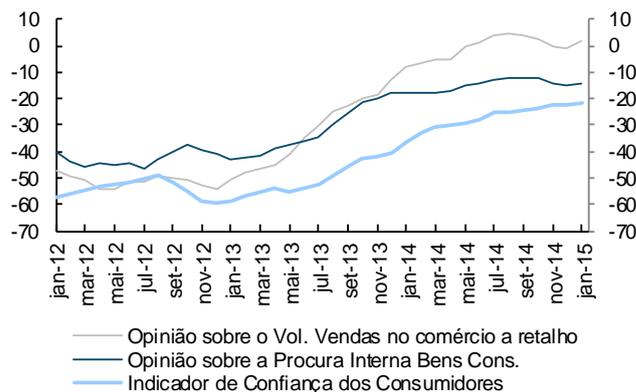
Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)



Fonte: INE.

No trimestre terminado em janeiro de 2015, o índice de Confiança dos Consumidores melhorou quando comparado com último trimestre de 2014, sendo que esta melhoria é visível na quase totalidade das suas componentes. Também no mesmo período, os Indicadores de opinião dos empresários relativos ao volume de vendas no Comércio a Retalho e Procura Interna de Bens de Consumo registaram uma melhoria face ao quarto trimestre de 2014.

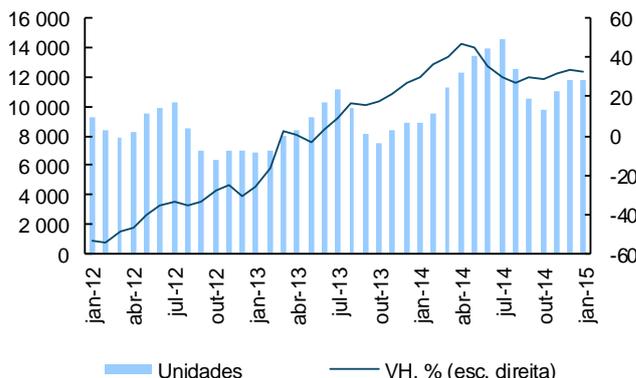
Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

No primeiro mês de 2015 foram vendidos 11 852 automóveis ligeiros de passageiros, o que representa uma diminuição de 53 unidades face a dezembro de 2014. Em termos homólogos houve um aumento de 2 591 unidades, ou 28,0%.

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros (MM3)



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	Fonte	2014	2013					2014				2015
				4T	1T	2T	3T	4T	set	out	nov	dez	
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	:	1,3	2,1	1,8	2,7	:	-	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SER-VE	"	-26,3	-40,4	-30,7	-27,6	-24,6	-22,3	-23,2	-22,2	-21,4	-23,5	-20,8
Confiança Comércio Retalho: Vendas últimos 3 meses	SER-VE	"	0,0	-13,2	-4,9	1,3	4,1	-0,7	2,3	-0,9	-1,8	0,6	7,5
Índice de Vol. De Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	1,0	1,7	1,6	0,3	1,5	0,8	1,9	1,0	0,2	1,2	:
Bens Alimentares	VH	"	-0,2	2,1	1,4	-0,7	-0,9	-0,7	-0,8	0,1	-1,2	-0,9	:
Bens não alimentares	VH	"	2,0	1,3	1,7	1,1	3,3	1,9	4,0	1,7	1,2	2,9	:
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	34,8	27,1	40,6	35,5	29,8	33,5	31,7	29,7	33,0	37,9	28,0
Importação de Bens de Consumo***	VH	INE	4,5	6,0	7,0	3,0	2,9	5,0	7,2	5,1	6,4	3,6	:

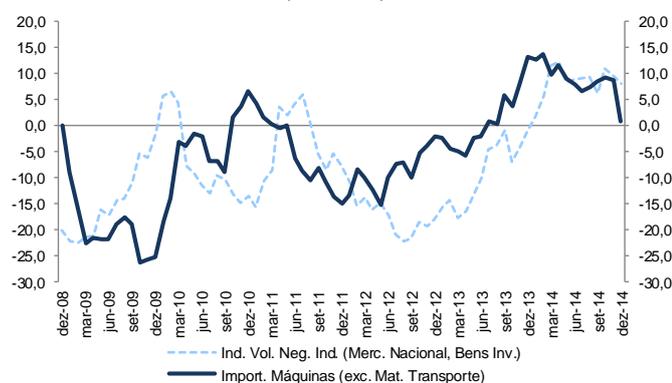
* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300 Kg; *** Exclui material de transporte.

Investimento

Os dados disponíveis para o investimento no mês de janeiro, mostram que:

- as vendas de veículos comerciais ligeiros subiram 47,6% (+27,9 p.p. face ao 4.º trimestre) acompanhadas pela variação de 14,6% na venda de veículos comerciais pesados (uma aceleração de 3 p.p. face ao período precedente);
- as vendas de cimento registaram um aumento de 8,2% (+16,1% no trimestre terminado em dezembro);
- as opiniões dos empresários sobre o volume de vendas de bens de investimento no comércio por grosso evoluíram de forma positiva.

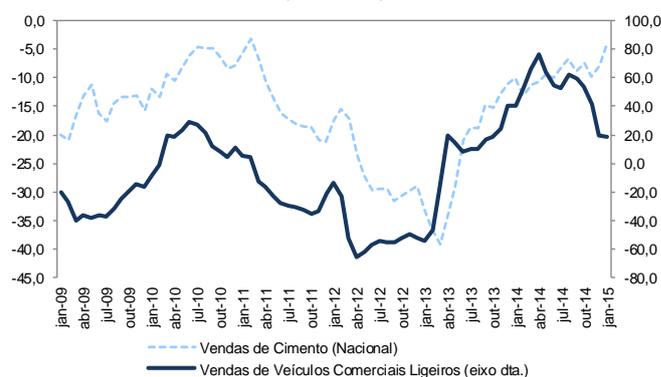
Figura 2.7. Bens de Equipamento
(VH, MM3)



Fonte: INE.

No trimestre terminado em dezembro, o indicador de FBCF publicado pelo INE apresentou uma variação homóloga de 0,3% (+1,3 p.p. face ao 3.º trimestre de 2014) associada a uma deterioração de 0,3 p.p. da componente de máquinas e equipamentos.

Figura 2.8. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros
(VH, MM3)

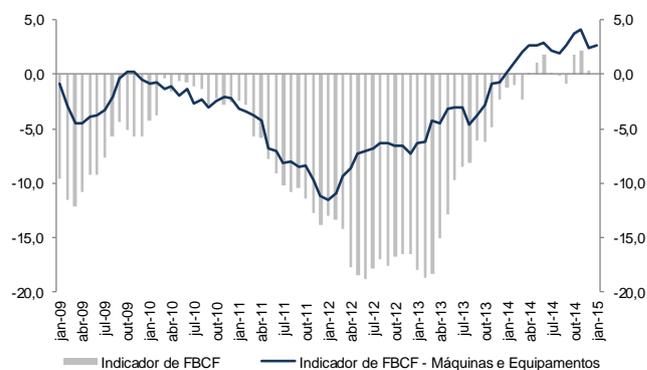


Fonte: Cimpor, Secil, ACAP.

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao 4.º trimestre de 2014, mostram que, em termos médios homólogos:

- o índice de volume de negócios da indústria de bens de investimento para o mercado nacional registou um crescimento de 8,1% (6,1% no trimestre terminado em setembro);
- a importação máquinas e outros de bens de capital exceto material de transporte aumentou 0,9% (-7,4 p.p. face ao trimestre anterior);
- as licenças de construção de fogos cresceram 17,3% (-12,8% no 3.º trimestre de 2014).

Figura 2.9. Indicador de FBCF e Componentes
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

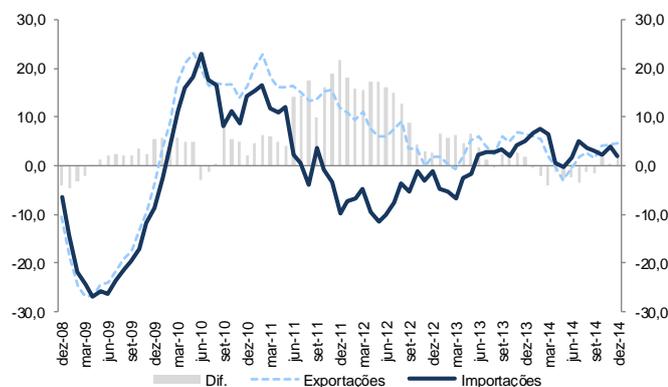
Indicador	Unidade	Fonte	2014	2013	2014				2014				2015
				4T	1T	2T	3T	4T	set	out	nov	dez	jan
FBC – CN Trimestrais	VH Real	INE	:	-17	11,7	3,7	2,0	:	:	:	:	:	:
da qual, FBCF	VH Real	INE	:	0,6	0,6	3,3	3,7	:	:	:	:	:	:
Indicador de FBCF	VH/mm3	"	-0,3	-2,4	-2,3	1,8	-0,9	0,3	-0,9	1,8	2,1	0,3	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-32,1	-10,9	-11,3	-10,0	-8,9	-7,9	-6,9	-3,7	-19,2	1,0	8,2
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	7,9	40,4	66,0	54,9	59,5	19,8	51,0	45,9	32,2	1,5	47,6
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	-4,0	85,6	33,1	50,4	39,2	11,5	91,9	12,3	73,5	-19,8	14,6
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	1,1	-9,5	1,5	-6,1	2,0	7,1	5,5	8,2	14,9	-1,8	16,3
Licenças de Construção de fogos	VH	"	-31,0	-32,1	-17,6	-14,4	-12,8	17,3	3,8	38,6	218	-4,8	:
Importações de Bens de Capital**	VH	"	-20,2	13,3	9,8	7,8	8,3	0,9	13,5	6,5	6,7	-9,4	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	8,7	-12	11,6	8,8	6,1	8,1	8,8	19,9	0,7	4,6	:

* no Comércio por Grosso; ** excepto Material de Transporte; *** para o Mercado nacional

Contas Externas

Em termos médios homólogos nominais, os dados relativos ao comércio internacional de bens, divulgados pelo INE para o 4.º trimestre, apontam para uma desaceleração das importações para os 2%, contrastando com uma aceleração das exportações para 4,6% (3% e 1,6% no 3.º trimestre de 2014, respetivamente).

Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)



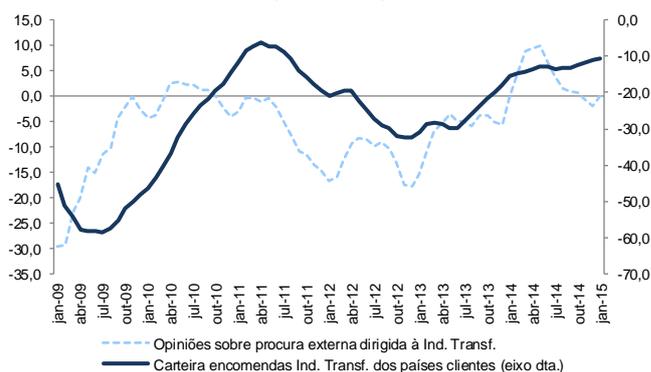
Fonte: INE.

Também no trimestre terminado em dezembro, e em termos médios homólogos nominais:

- a componente extracomunitária das exportações registou um aumento de 7%, um valor 7,3 p.p. acima dos registados no 3.º trimestre. Já as exportações para o mercado intracomunitário cresceram 3,6% (2,4% no trimestre precedente);
- nas importações de bens, o mercado intracomunitário subiu 2,5%, enquanto que o mercado extracomunitário aumentou 0,6% em termos homólogos (7% e -6,5% no 3.º trimestre de 2014 respetivamente). Estes resultados permitem que a taxa de cobertura do comércio internacional de bens se situe atualmente em 82% (83,1% em igual período de 2013).

Por seu lado, em janeiro, as opiniões sobre a procura externa na indústria foram mais positivas quando comparadas com o 4.º trimestre do ano.

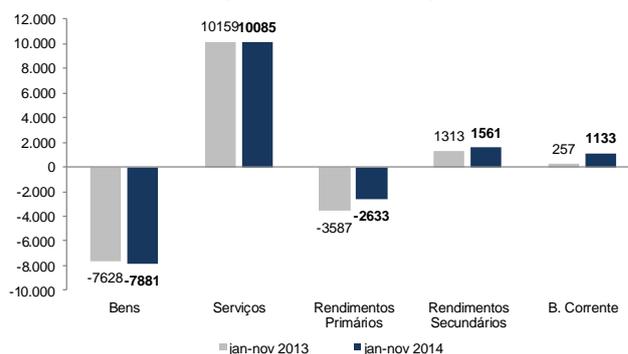
Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria
(SRE, MM3)



Fonte: INE.

Até novembro de 2014, a balança corrente acumulou um excedente de 1133 milhões de euros, mais 875 milhões de euros do que o registado em igual período de 2013. Para este resultado contribuiu a melhoria significativa das balanças de rendimentos primários e secundários. Já a balança de bens e a balança de serviços apresentaram saldos de -7881 e 10085 milhões de euros respetivamente, o que afigura um agravamento de 254 e 74 milhões de euros quando comparados com o período homólogo.

Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: BdP

Também entre janeiro e novembro de 2014, a balança corrente e de capital apresentou uma capacidade de financiamento da economia portuguesa de 3302 milhões de euros (mais 521 milhões de euros do que nos 11 primeiros meses de 2013).

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

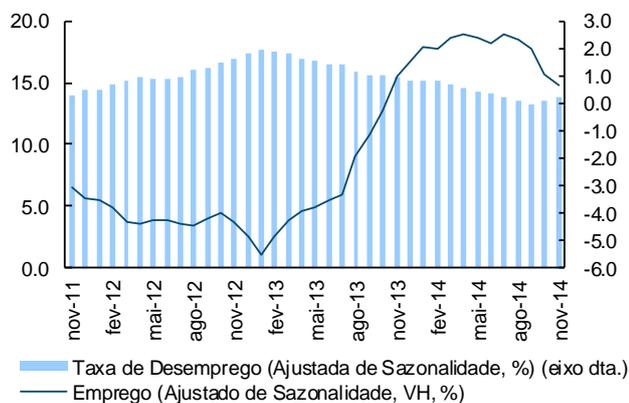
Indicador	Unidade	Fonte	2014	2013					2014				
				4T	1T	2T	3T	4T	ago	set	out	nov	dez
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	:	8,8	3,1	2,0	2,9	:	:	:	:	:	
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	:	6,0	8,7	4,0	5,3	:	:	:	:	:	
Saldo de Bens e Serviços	% PIB	"	:	1,3	0,2	1,0	0,2	:	:	:	:	:	
Capacidade de financiamento da economia	% PIB	"	:	2,8	-0,2	1,2	3,8	:	:	:	:	:	
Saídas de Bens	VH nom	"	19	6,7	2,2	-0,6	1,6	4,6	-2,0	3,9	9,2	-0,3	4,9
Entradas de Bens	VH nom	"	3,2	5,0	6,4	1,7	3,0	2,0	-2,4	6,9	1,9	2,9	1,3

Indicador	Unidade	Fonte	2013	2013					2014					Diferença
				3T	4T	1T	2T	3T	janeiro-nov	janeiro-nov	janeiro-nov			
Saldo Balança Corrente e de Capital	10º euros	BdP	3 980	736	1832	446	744	1336	2782	3302	521			
Saldo Balança de Bens	"	"	-7 412	-1890	-1868	-2341	-2083	-2081	-7628	-7881	-254			
Saldo Balança de Serviços	"	"	11099	2776	2970	2658	2828	2850	10 159	10085	-74			
Saldo Balança de Rendimentos Primários	"	"	-3 715	-990	-643	-758	-875	-591	-3587	-2633	954			
Saldo Balança de Rendimentos Secundários	"	"	1256	238	331	358	305	457	1313	1561	249			

Mercado de Trabalho

De acordo com os últimos dados publicados pelo INE, a Taxa de Desemprego do quarto trimestre de 2014 situou-se nos 13,5%, levando a que a média anual se situasse nos 13,9%, 2,3 p.p. abaixo do valor de 2013. No mesmo período, o Emprego cresceu 0,5%, uma desaceleração face aos 2,1% do trimestre precedente. Em termos anuais, Emprego cresceu 1,6%.

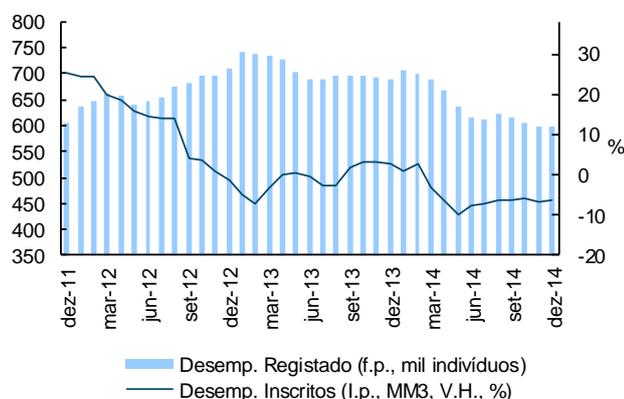
Figura 2.13. Taxa de desemprego e Emprego



Fonte: INE.

No final de janeiro de 2015, os centros de emprego tinham 616 mil inscritos, o que representa uma diminuição de 12,7% face a janeiro de 2014. Também o desemprego registado ao longo do período desceu em termos homólogos, tendo ascendido aos 69 mil indivíduos, menos 7,2% do que um ano antes.

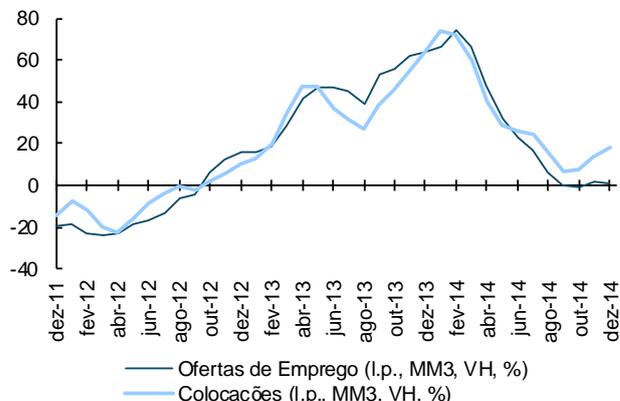
Figura 2.14. Desemprego



Fonte: IEFP.

No mesmo período, tanto as ofertas como as colocações registaram um aumento (10,3% e 13,7% respetivamente). Esta evolução levou a que o rácio entre ofertas e colocações fosse de 67,6%, mais 1,4 p.p. do que em dezembro.

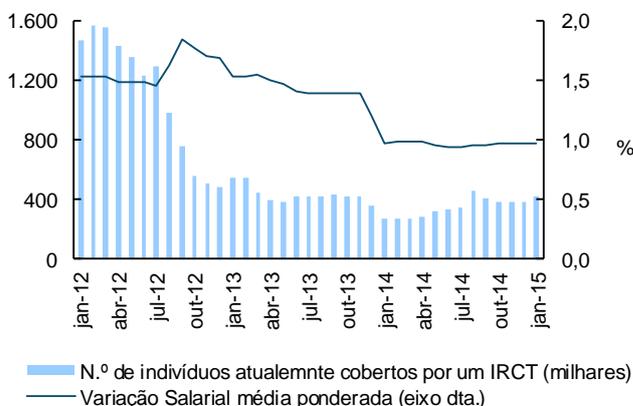
Figura 2.15. Ofertas de Emprego e Colocações
(MM3, VH)



Fonte: IEFP.

No final de janeiro de 2015, estima-se que perto de 423 mil trabalhadores estejam abrangidos por Instrumentos de Regulação Coletiva de Trabalho, um aumento de perto de 50 mil indivíduos quando comparado com dezembro de 2014. Já o aumento remunerações médias implícitas fixou-se nos 1,0%, valor idêntico ao do mês anterior.

Figura 2.16. Contratação Coletiva



Fonte: MESS, cálculos GPEARI.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

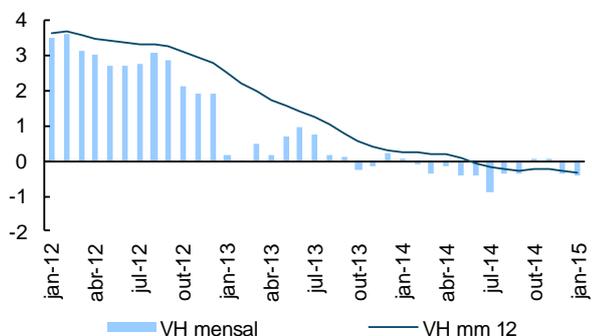
Indicador	Unidade	Fonte	2014	2013					2014				2015
				4T	1T	2T	3T	4T	set	out	nov	dez	
Taxa de Desemprego*	%	INE	13,9	15,3	15,1	13,9	13,1	13,5	13,3	13,6	13,9	13,4	:
Emprego Total*	VH	"	1,6	0,7	1,7	2,0	2,1	0,5	2,0	1,1	0,7	1,2	:
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	-13,3	-2,8	-6,1	-10,9	-11,6	-13,3	-11,6	-12,9	-13,6	-13,3	-12,7
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	-5,7	2,8	-3,1	-7,4	-6,2	-6,2	-4,3	-7,5	-8,2	-2,0	-7,2
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	18,2	64,3	66,3	22,6	0,4	0,6	3,4	2,1	0,8	-1,9	10,3
Contratação Coletiva	VHA	MSESS	1,0	1,2	1,0	0,9	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Índice do Custo do Trabalho** - Portugal	VH	INE	-1,4	2,0	-1,4	3,2	0,5	-7,4	-	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho** - AE	VH	Eurostat	:	1,0	0,7	1,6	1,2	:	-	-	-	-	-

*Valores Trimestrais do Inquérito Trimestral ao Trabalho. Valores mensais das Estimativas Mensais (ajustadas de sazonalidade). **Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividade; f.p. - no fim do período; l.p. ao longo do período.

Preços

Em janeiro de 2015, o índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma variação homóloga de -0,4%, idêntico ao registado em dezembro. Em termos médios homólogos dos últimos 12 meses, a variação foi de -0,3%, valor também idêntico ao do último mês de 2014.

Figura 2.17. Taxa de Variação do IPC
(VH, %)

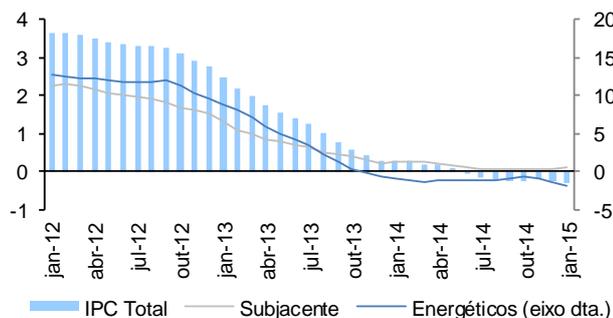


Fonte: INE.

A evolução do IPC dos Bens e dos Serviços foi distinta, com o preço dos Bens a caírem 1,3% (-1,2% em dezembro). Enquanto o preço dos Serviços aumentaram 0,9% (idêntico a dezembro).

Já o IPC subjacente, isto é, o IPC excluindo produtos energéticos e alimentares não processados, permaneceu nos 0,3%, levando a que o diferencial entre este e o IPC total se fixa-se nos 0,7 p.p.. Este diferencial deve-se sobretudo a evolução dos preços dos produtos energéticos que, em janeiro, caíram 8,0%

Figura 2.18. Taxa de Variação do IPC
(Subjacente e Energéticos)
(MM12, VH, %)

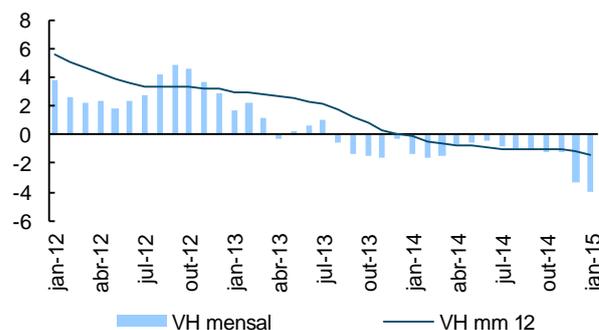


Fonte: INE.

Ao nível das classes do IPC, as que registaram a maior quebra foram os Transportes (-4,2%) e o Vestuário (-1,5%), enquanto as Bebidas Alcoólicas e Tabaco e Restauração e Hotelaria foram as que mais aumentaram (3,1% e 1,3% respetivamente).

Em janeiro de 2015, a variação homóloga do Índice de Preços na Produção Industrial foi de -4,0%, valor inferior em 0,6 p.p. ao registado em dezembro de 2014.

Figura 2.19. Taxa de Variação do IPPI
(VH, %)



Fonte: INE.

Novamente, as Indústrias Transformadoras foram as determinantes desta evolução, com uma quebra de 5,2% (única quebra ao nível das secções). Relativamente aos grandes agrupamentos industriais, apenas os Bens de Consumo não Duradouros e a Energia registaram variações negativas, com os últimos a caírem 14,0%.

A variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) em Portugal, em janeiro foi de -0,4%, 0,1 p.p. abaixo do valor de dezembro. Por seu turno, a variação homóloga do IHPC na zona euro foi de -0,6%, pelo que o diferencial do IHPC de Portugal e do IHPC médio da zona euro foi, pela primeira vez desde setembro de 2012, positivo, situando-se nos 0,3 p.p.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

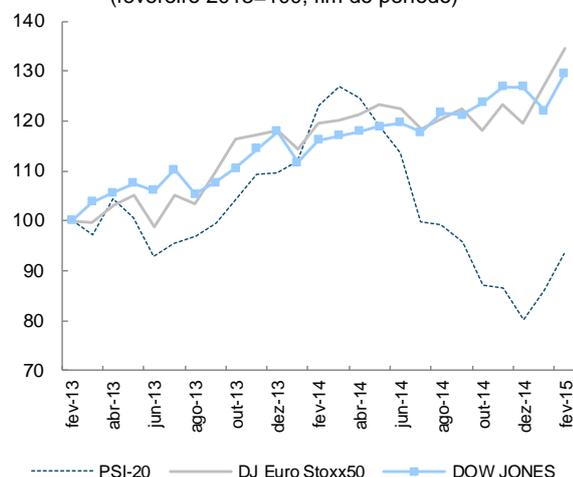
Indicador	Unidade	Fonte	2014	2014								2015
				mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	-0,1	0,1	-0,7	-0,2	0,6	0,3	-0,2	0,0	-1,4
Índice de Preços no Consumidor	VH	INE	-0,3	-0,4	-0,4	-0,9	-0,4	-0,4	0,0	0,0	-0,4	-0,4
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	:	0,1	0,0	-0,2	-0,2	-0,3	-0,2	-0,2	-0,3	-0,3
IPC - Bens	VH	"	-1,1	-1,2	-1,1	-2,1	-1,6	-1,1	-0,7	-0,7	-1,2	-1,3
IPC - Serviços	"	"	0,8	0,7	0,5	0,8	1,4	0,7	1,0	1,0	0,9	0,9
IPC Subjacente*	"	"	0,1	0,0	0,0	-0,4	0,4	0,1	0,2	0,3	0,3	0,3
Índice de Preços na Produção industrial	VH	"	-1,2	-0,6	-0,4	-0,9	-0,9	-1,0	-1,2	-1,2	-3,4	-4,0
IHPC	"	"	-0,2	-0,3	-0,2	-0,7	-0,1	0,0	0,1	0,1	-0,3	-0,4
Diferencial IHPC PT vs. AE	p.p.	Eurostat	-0,6	-0,8	-0,7	-1,0	-0,4	-0,4	-0,2	-0,2	-0,1	0,3

* IPC subjacente e exclui os bens alimentares não transformados e energéticos

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Em fevereiro de 2015, os índices bolsistas internacionais tiveram uma evolução globalmente positiva, prolongando a evolução favorável dos últimos meses. Assim, no dia 24 deste mês e, face ao final de janeiro, os índices *Dow Jones* e *Euro Stoxx50* subiram 6,1% e 5,8%, respetivamente.

Figura 2.20. Índices Bolsistas
(fevereiro 2013=100, fim do período)

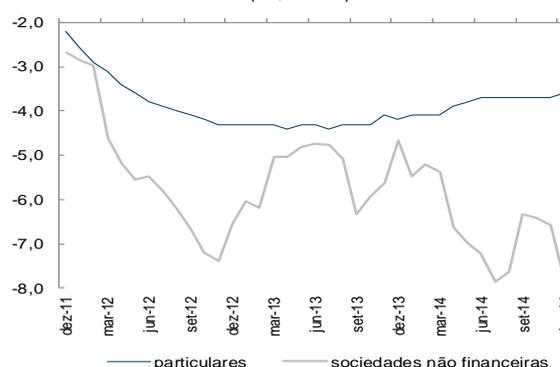


Fontes: CMVM; *Finance Yahoo*. Para fevereiro, o valor é do dia 24.

O índice PSI-20 também se valorizou em fevereiro, pelo 2.º mês consecutivo e, de forma mais acentuada do que na área do euro, devido, em parte, à perceção de um menor risco relativamente ao financiamento externo e à perspetiva de uma retoma económica mais consolidada. De facto, no dia 24, o índice PSI-20 subiu cerca de 9% face ao final do mês de janeiro e de 16,5% face ao final do ano de 2014.

Em dezembro de 2014, a taxa de variação anual dos empréstimos ao sector privado não financeiro deteriorou-se para -5,4% em termos anuais (-4,9% em novembro) em resultado do enfraquecimento, pelo 3.º mês consecutivo, do crédito destinado a empresas não financeiras.

Figura 2.21. Empréstimos ao Setor Privado
(va, em %)

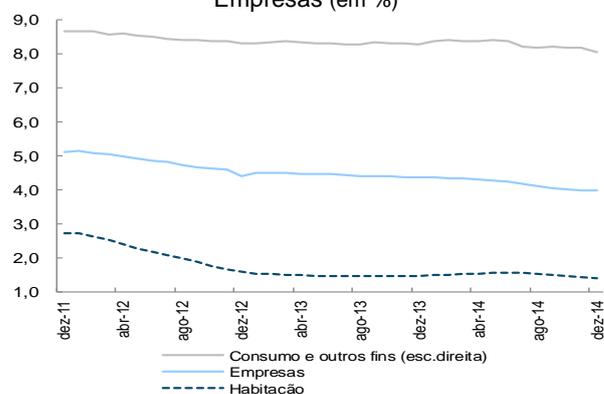


Fonte: Banco de Portugal.

Relativamente ao crédito destinado aos particulares, os empréstimos melhoraram ligeiramente, tendo a variação anual sido de -3,6%, interrompendo a estabilização registada em torno de -3,7% entre julho e novembro de 2014. Esta melhoria deu-se devido à quebra menos acentuada dos empréstimos ao consumo e para outros fins.

Em dezembro de 2014, as taxas de juro das operações do crédito diminuíram para os particulares, de forma mais pronunciada para o consumo e outros fins; enquanto subiram muito ligeiramente para as empresas. Porém, em termos anuais, a descida mais significativa registou-se nas taxas de juro nos empréstimos às empresas, a qual diminuiu para 3,98% em dezembro de 2014 (4,36% em dezembro de 2013).

Figura 2.22. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

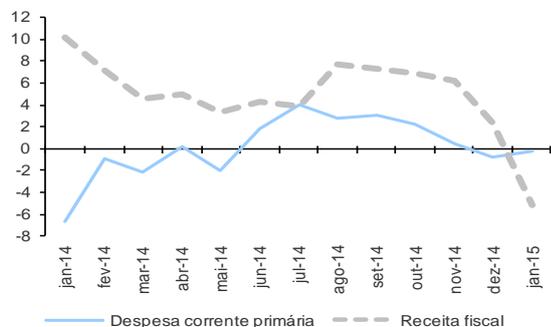
Indicador	Unidade	Fonte	2014	2014												2015
				mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan				
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	2,4	3,7	3,6	3,6	3,2	3,1	3,2	2,8	2,4	2,6				
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	191	229	239	239	232	220	237	202	191	231				
PSI 20*	VC	CMVM	-26,8	-4,6	-4,4	-12,1	-0,6	-3,4	-9,0	-0,9	-7,3	7,2				
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	-3,8	-3,8	-3,8	-3,8	-3,7	-3,8	-3,8	-3,8	-3,8	-3,8	:			
- para consumo	va**	"	-2,2	-4,6	-3,3	-2,9	-3,0	-2,8	-2,6	-2,5	-2,2	-2,2	:			
Empréstimos a empresas	va**	"	-7,8	-7,0	-7,2	-7,9	-7,6	-6,3	-6,4	-6,6	-7,8	-7,8	:			
Taxa de Juro de empréstimos p/habitação*	%	"	1,38	1,55	1,56	1,55	1,53	1,50	1,46	1,43	1,38	1,38	:			
Taxa de Juro de empréstimos p/empresas*	%	"	3,98	4,28	4,22	4,18	4,10	4,06	4,01	3,96	3,98	3,98	:			

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

Finanças Públicas – Estado

Em janeiro, o valor provisório para o défice global do Estado, na ótica da contabilidade pública, foi de 418M€, o que representa um agravamento de 242,7M€ face ao ano anterior. O défice primário foi de 294,4M€, mais 211,2M€ que no mesmo período do ano anterior.

Figura 2.23. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

A execução orçamental do Estado em janeiro de 2015, face a janeiro de 2014, caracterizou-se por:

- uma diminuição da receita fiscal em 5,2%, justificada essencialmente pelo comportamento do imposto sobre o tabaco (-53,3%, devido a uma antecipação do pagamento do imposto), do IRS (-5,5%, em consequência do pagamento em dezembro de 2013 do subsídio de férias aos pensionistas com efeito na cobrança no mês seguinte) e do IRC (-1,9%, em resultado do aumento dos reembolsos). Em sentido oposto, é de salientar o desempenho do IVA (5%) em resultado da melhoria das condições económicas e das novas medidas de combate à fraude e evasão fiscal. A receita não fiscal diminuiu 16,6%, devido à diminuição das contribuições para a ADSE (-38,9%), das outras receitas de capital (-61,1%, justificado pela antecipação em 2014 de um pagamento relativo aos direitos de utilização de frequências de radiocomunicações de quarta geração) e correntes (-56,4%), parcialmente compensado pelo aumento das taxas, multas e outras penalidades (41,1%); e,

- um crescimento da despesa total em 0,7%, que reflete o aumento das transferências correntes (5,8%) para a CGA (devido ao aumento do número de pensionistas e da reversão em 20% da redução remuneratória) e IFAP (no âmbito do PRODER), da despesa com a aquisição de bens e serviços (103,7%, explicado pelo adiantamento dos pagamentos relativos aos contratos-programa com os hospitais EPE, à regularização de encargos do ano anterior pelo SNS e de diferentes pagamentos intra- anuais nos pagamentos dos encargos com a saúde no âmbito da ADSE) e com juros (34,2%, em resultado das recompras de OT e do pagamento dos juros dos Certificados do Tesouro na sequência do aumento do seu saldo). Em sentido contrário, salienta-se uma redução das transferências correntes para outros subsectores das administrações públicas (-4,1%, nomeadamente para a Segurança Social) e para a União europeia (-31,2%, explicado pelo pagamento adicional que ocorreu em 2014).

Figura 2.24. Despesa do Estado – principais componentes (VHA, em %)



Fonte: DGO.

No primeiro mês do ano, a despesa do Estado com ativos financeiros atingiu 59,7M€, representando 1% do total orçamentado para o ano, correspondendo ao aumento da dotação de capital das Estradas de Portugal, S.A., em 54,5M€, e à participação em organismos internacionais, em 3,6M€. A receita de ativos financeiros cifrou-se em 3,3M€, correspondendo maioritariamente à amortização de empréstimos de médio e longo prazo concedidos à administração local (3,1M€).

Quadro 2.8. Execução Orçamental do Estado

	2014		2015		2015			2015
	jan		jan		out	nov	dez	jan
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig.* (%)		VHA (%)			
Receita Total	3348	3130	8.2	7.2	3.5	3.5	0.2	-6.5
Receita corrente	3270	3080	8.2	7.2	5.0	4.8	1.1	-5.8
Impostos diretos	1352	1228	7.9	6.7	7.9	6.4	0.7	-9.1
Impostos indiretos	1607	1577	8.6	7.6	5.9	6.0	3.8	-1.9
Despesa Total	3523	3548	7.3	7.2	1.3	0.2	-1.0	0.7
Despesa corrente	3358	3384	7.2	7.1	1.9	0.8	-0.3	0.8
Despesa com pessoal	703	698	8.4	8.2	9.2	2.3	0.9	-0.7
Aquisição bens e serviços	35	72	2.6	4.4	-4.9	-5.3	-6.4	103.7
Subsídios	3	13	1.5	8.7	5.6	4.2	-48.1	288.8
Juros	92	124	1.3	1.7	0.1	2.6	2.4	34.2
Transferências corr. p/ AP	2261	2288	8.9	8.7	2.1	0.0	-0.7	1.2
Saldo Global	-175	-418	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	-83	-294	-	-	-	-	-	-

Nota: * Corresponde ao OE retificativo corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa, e os reforços de dotação provisional face à execução final do ano anterior. Fonte: DGO.

Serviços e Fundos Autónomos, (SFA) incluindo as Empresas Públicas Reclassificadas

Em janeiro, e na ótica da contabilidade pública, e considerando o universo comparável, o défice acumulado dos SFA (incluindo as EPR) foi de 426,7M€, menos 163M€ que no mesmo mês do ano anterior. Destacam-se as seguintes variações:

- do lado da receita, observou-se, para o universo comparável, uma diminuição homóloga de 3,6%, verificando-se reduções de 60,1% das outras receitas correntes, de 16,4% nas contribuições para a segurança social, CGA e ADSE e de 23,5% na receita fiscal. Em sentido contrário, nota-se um aumento das transferências correntes em 12,5%, nomeadamente das transferências correntes de outros subsectores das AP (234,4%) e das transferências de capital da UE (31,9%);
- do lado da despesa, com um aumento homólogo de 4,7%, e considerando o universo comparável, destaca-se o contributo do investimento (291,1%), da aquisição de bens e serviços (4,1%) seguido das transferências correntes (2%). A evolução do investimento é explicada pelo investimento incorpóreo das Estradas de Portugal, SA, que resulta do um perfil intra-anual dos pagamentos de rendas de concessões do Estado diferente. O aumento observado na rubrica aquisição de bens e serviços deve-se, essencialmente, ao incremento dos adiantamentos no âmbito dos contratos programa com os hospitais, de encargos transitados do SNS relativos a 2014 e a antecipação dos pagamentos ocorrida em Dezembro de 2013 de encargos com saúde do Regime Convencionado e do pagamento em janeiro de 2015 de encargos desta natureza transitados de 2014 pela ADSE. Os juros apresentam uma variação negativa (-61,9%) devido ao efeito base de 2014, como o pagamento de encargos com swaps da REFER e pagamento de empréstimos pela Metro do Porto.

Serviço Nacional de Saúde (SNS)

A execução financeira consolidada¹ provisória do SNS revelou um saldo de 23M€ em janeiro, refletindo uma melhoria de 4,1M€ face ao período homólogo de 2014, destacando-se o seguinte:

- na receita, uma ligeira redução em termos homólogos de 0,3%, refletindo a redução das receitas correntes;
- na despesa, um ligeiro decréscimo de 0,9% sobretudo devido à evolução das aquisições de bens e serviços, nomeadamente dos produtos vendidos em farmácias e de aquisição de bens (compras inventários), e das despesas com pessoal.

Caixa Geral de Aposentações (CGA)

Em janeiro, o excedente da CGA, em contabilidade pública, foi de 90,8M€, que compara com um saldo de 82,3 M€ no período homólogo do ano transato. A receita efetiva total aumentou 3,1%, refletindo o crescimento das transferências correntes, com especial destaque para a comparticipação do Orçamento do Estado. A despesa efetiva total aumentou 2,3%, influenciada pelo aumento das transferências, nomeadamente pagamento de pensões, e pelo continuado aumento do número de pensionistas. O número de beneficiários de pensões de velhice aumentou 3% e o dos de pensões de sobrevivência 10,1%; contrariamente, os beneficiários de pensão de invalidez diminuíram 0,4%.

Quadro 2.9. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos (incluindo Empresas Públicas Reclassificadas)				Empresas Públicas Reclassificadas					
	2014		2015 - universo comparável		2015 - universo total		2014		2015 - universo total	
	jan				jan					
	10 ⁶ euros	VHA (%)	10 ⁶ euros	Grau de execução (%)	10 ⁶ euros	VHA (%)	10 ⁶ euros	Grau de execução (%)		
Receita Total	2 302	2 220	-3,6	2 417	8,3	292	194	-33,7	646	7,1
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	371	310	-16,4	310	7,5	-	-	-	-	-
Transferências correntes das Adm. Públicas	1 255	1 412	12,5	1 412	8,5	41	32	-21,5	33	5,5
Despesa Total	1 713	1 793	4,7	93	92,8	188	202	46,7	493	4,8
Despesa com pessoal	246	234	-4,7	429	6,8	55	52	-5,8	246	7,1
Aquisição de bens e serviços	546	569	4,1	285	4,2	41	38	-7,5	111	3,4
Transferências correntes	823	839	2,	840	7,4	2	2	-10,6	0	42,6
Saldo Global	590	427	-	588	-	154	-9	-	153	-

Fonte: DGO.

Quadro 2.10. Execução Financeira do SNS e Orçamental da CGA

	Serviço Nacional de Saúde				Caixa Geral de Aposentações				
	2014		2015		2014		2015		
	jan				jan				
	10 ⁶ euros	VHA (%)	Execução face ao OE (%)	10 ⁶ euros	VHA (%)	Execução face ao OE (%)			
Receita Total	685	683	-0,3	7,9	Receita Total	824	849	3,1	8,8
Receita fiscal	:	:	:	:	Contribuições p/ a CGA	371	310	-16,3	7,6
Outra receita corrente	685	683	-0,3	8,1	Quotas e contribuições	325	301	-7,4	7,5
Receita de capital	:	:	:	:	Transferências correntes do OE	450	490	8,8	7,6
Despesa Total	667	660	-0,9	7,7	Compensação do OE	430	470	9,3	10,2
Despesa com pessoal	299	299	-0,1	8,6	Compensação por pagamento de pensões	20	20	-2,6	25,9
Aquisição de bens e serviços	363	356	-1,7	7,2	Despesa Total	741	759	2,3	7,7
Despesa de capital	2	2	20,0	2,3	Pensões	730	746	2,1	7,7
Saldo Global	19	23	-	-	Saldo Global	82	91	-	-

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

¹Considerando a despesa efetivamente realizada e os compromissos assumidos, em consonância com o princípio de registo em base de compromissos.

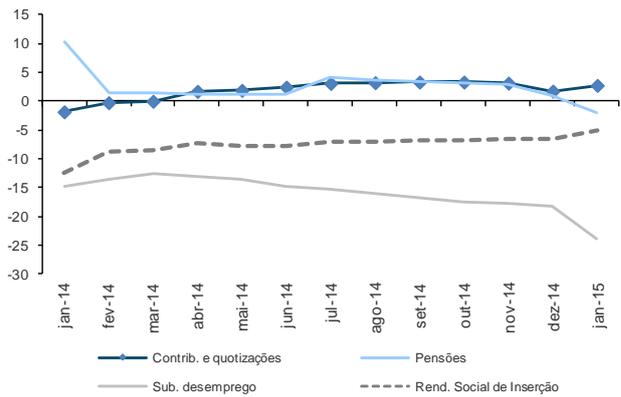
Segurança Social

Em janeiro, o excedente acumulado da Segurança Social, na ótica da contabilidade pública, foi de 252,9M€, menos 117,7M€ que em janeiro de 2014.

A execução orçamental da Segurança Social, em relação ao ano transato, caracterizou-se por:

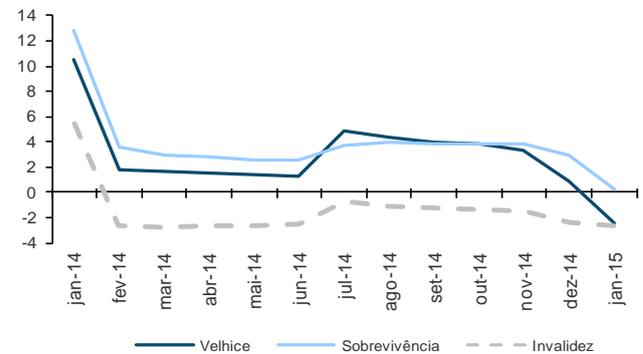
- um aumento da receita (4,8%), em resultado do acréscimo das transferências do Fundo Social Europeu (111,7%), das contribuições e quotizações. Em sentido contrário, registou-se uma diminuição das transferências correntes da Administração Central (-5,8%) e das outras receitas correntes (-14,5%). e
- uma ligeira diminuição da despesa (-0,9%), decorrente, sobretudo, da evolução da despesa com as prestações de desemprego (-23,9%), das pensões (-2,1%), do subsídio familiar a crianças e jovens (-9,3%), do complemento solidário para idosos (-17,3%), do rendimento social de inserção (-5,1%) e dos subsídios de formação profissional (-15,2%). A diminuição verificada nas pensões reflete, sobretudo, a evolução das pensões de velhice (-2,4%) e de invalidez (-2,7%). Contrariamente, assistiu-se a um aumento homólogo das outras despesas correntes. Relativamente ao número de beneficiários, verifica-se uma diminuição de 0,6% nas pensões de velhice e -4% nas pensões de invalidez; no que respeita ao subsídio de desemprego, observou-se uma diminuição de -19,6%. Contrariamente os beneficiários do subsídio de doença aumentaram 5,5% e os pensionistas de sobrevivência 0,6%.

Figura 2.25. Execução Orçamental da Seg. Social (VHA, em %)



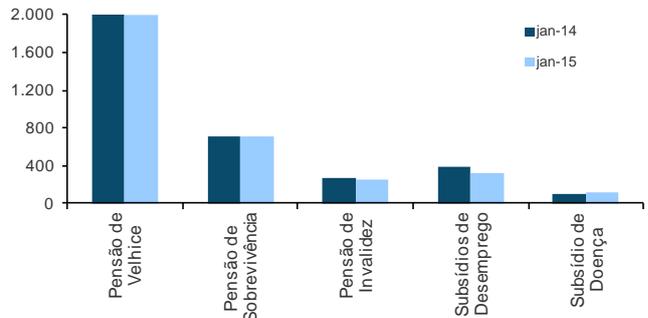
Fonte: DGO.

Figura 2.26. Despesa em Pensões da Seg. Social (VHA, em %)



Fonte: DGO.

Figura 2.27. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos (milhares, em final do mês)



Fontes: MTSS.

Quadro 2.11. Execução Orçamental da Segurança Social

	Segurança Social				
	2014		2015		
	jan		jan		
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)	
Receita Total	2084	2183	4,8	8,2	8,6
Contribuições e quotizações	1217	1251	2,7	9,2	8,7
Transferências correntes da Adm. Central *	722	680	-5,8	8,3	8,3
Despesa Total	1948	1930	-0,9	7,8	7,9
Pensões	1199	1174	-2,1	7,8	7,6
Pensões de velhice do reg. subst. bancário	54	53	-1,9	10,8	10,6
Subsídio de desemp. e apoio ao emprego	218	166	-23,9	7,7	8,0
Prestações e ação social	112	113	1,5	8,1	8,2
Saldo Global	135	253	-	-	-

* Não inclui IVA social e transferências no âmbito do Plano de Emergência Social. Fontes: DGO e GPEARI.

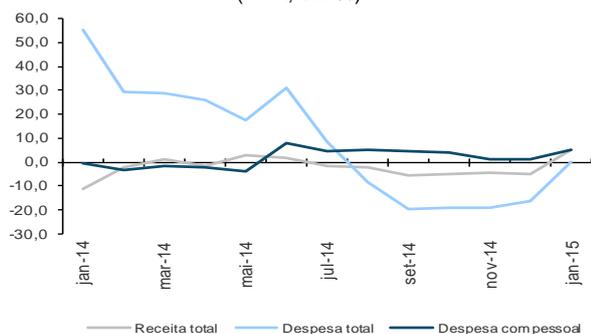
Administração Regional

Em janeiro, e na ótica da contabilidade pública, o saldo orçamental, considerando o universo comparável, da administração regional situou-se nos 22,3M€, que compara com um saldo de 13,1M€ no período homólogo de 2014. A evolução positiva do saldo foi comum a ambas as regiões. Quando se considera o universo total, o saldo situa-se nos 32,7M€, sendo o saldo das novas EPR da RAM de 8,3M€ e da RAA de 2,1M€.

A execução orçamental da Administração Regional, face a 2014, caracterizou-se por:

- um aumento da receita total em 4,9%, em resultado do comportamento favorável de ambas as regiões (8,2% na RAA e 0,5% na RAM). A receita fiscal continua a apresentar um crescimento significativo, influenciado pela evolução da receita de IVA (64,5% na RAA e 35,3% RAM), refletindo a alteração na atribuição da receita de IVA às Regiões Autónomas; e,
- um ligeiro crescimento da despesa total em 0,1%. A evolução da despesa no seu conjunto resulta do aumento na RAM em 1,8% e de uma diminuição de 2% na RAA. A despesa corrente diminuiu 13%, refletindo as diminuições de 17,8% e 9,3% observadas na RAA e na RAM, respetivamente, como consequência da redução da aquisição de bens e serviços na RAM e das transferências na RAA. No que respeita ao aumento da despesa de capital, este é explicado pelo pagamento de despesas de anos anteriores na RAM e a um efeito de base observado, que origina um aumento das transferências de capital na RAA, que em 2014 estavam registadas como transferências correntes.

Figura 2.28. Execução Orçamental da Adm. Regional
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Regional				Administração Local			
	2014	2015 - universo comparável	2015 - universo total	2014	2015	2015		
						jan		
	10 ⁶ euros	VHA (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	Grau de execução (%)	VHA (%)		
Receita total	191	200	202	523	465	6,5	-11,2	
Impostos	62	79	79	151	110	4,2	-27,0	
Transferências correntes	5	4	5	208	219	8,6	5,1	
Despesa total	178	178	169	420	371	5,9	-11,6	
Pessoal	54	57	72	164	163	7,4	-1,0	
Aquisição de bens e serviços	12	9	20	129	109	6,5	-14,9	
Transferências correntes	66	51	19	25	25	6,2	-0,7	
Investimento	5	14	15	69	48	3,5	-30,1	
Saldo global	13	22	33	103	93	-	-	

Fonte: DGO.

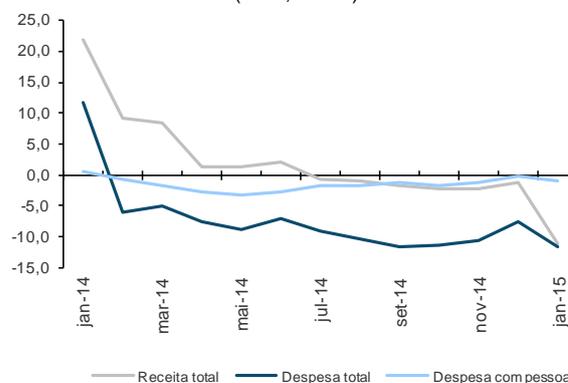
Administração Local

Em janeiro, na ótica da contabilidade pública, o saldo acumulado provisório da execução orçamental da administração local apresentou um excedente de 93,3M€, o que compara com um excedente de 103M€ em idêntico período de 2014.

A execução orçamental da Administração Local, face ao ano anterior, caracterizou-se por:

- uma diminuição da receita total em 11,2%, em consequência da redução da receita fiscal (-27%), em resultado do decréscimo do IMT (-31,3%), do IMI (25,7%) e dos rendimentos de propriedade (-22,5%), assim como das transferências de capital da UE e da venda de bens e serviços correntes (-9,2%). Em sentido oposto, é de referir o aumento das transferências no âmbito da Lei das Finanças Locais (7,8%); e,
- uma diminuição da despesa total em 11,6%, que traduz, fundamentalmente, a variação negativa da aquisição de bens de capital (-30,1%), da aquisição de bens e serviços (-14,9%), das transferências de capital (-22,5%), dos subsídios (-39,8%) e da despesa com pessoal (-1%). Neste período foram efetuados pagamentos ao abrigo do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) no montante de 1,5M€, que compara com 7,8M€ pagos no período homólogo. Excluindo este efeito, a despesa apresenta uma diminuição de 10,3%.

Figura 2.29. Execução Orçamental da Adm. Local
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Dívida Pública

Dívida pública das Administrações Públicas (ótica de Maastricht)

De acordo com os dados publicados pelo Banco de Portugal, em dezembro de 2014, a dívida pública das administrações públicas cifrou-se em 224,5 mil M€, menos 1427M€ que no final de novembro e mais 5252M€ que no ano anterior. Face ao mês anterior, a variação é explicada pela diminuição do *stock* da dívida da administração central (em 1494M€) e, com menor peso, da administração regional e local (em 202M€). Em termos anuais, a dívida da administração central aumentou 7046M€, enquanto a dívida da administração regional e local diminuiu 81M€. É de referir que os depósitos da administração central diminuíram 1373M€ face ao mês anterior e 474M€ comparativamente com final de 2013.

Quadro 2.13. Dívida Mensal das Administrações Públicas (milhões de euros)

	2013 dez	2014 nov	2014 dez
Administrações Públicas	219 225	225 904	224 477
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	218 791	227 331	225 837
Administração Regional e Local	10 718	10 839	10 637
Segurança Social	2	1	1
Consolidação entre subsectores	10 286	12 266	11 998
<i>por memória:</i>			
Depósitos da Administração Central	17 980	18 879	17 506

Fonte: Banco de Portugal.

Dívida não Financeira das Administrações Públicas

Quadro 2.14. Dívida não Financeira das AP (milhões de euros)

	2013 dez	2014 dez	2015 jan
Administrações Públicas	3 868	2 720	2 888
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	333	277	337
Administração Regional	1 489	980	1 016
Administração Local	2 046	1 463	1 535
Segurança Social	0	0	0

Fonte: DGO.

Em janeiro, a dívida não financeira das administrações públicas aumentou 168,5M€ face ao mês anterior, refletindo o aumento da dívida de todos os subsectores (72,1M€ na administração local, 60,5M€ na administração central e 35,9M€ na administração regional).

Quadro 2.15. Pagamentos em Atraso (milhões de euros)

	2013 dez	2014 dez	2015 jan
Administrações Públicas	1 199	1 545	1 591
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central (excl. saúde)	30	23	23
SNS	10	4	5
Empresas Públicas Recllassificadas	1	557	617
Administração Regional	671	3	2
Administração Local	523	459	454
Outras Entidades	714	2	2
Empresas públicas não recllassificadas	103	1	1
Hospitais EPE	611	1	1
Adm. Públicas e outras entidades	1 913	1 546	1 593

Fonte: DGO.

No primeiro mês do ano, os pagamentos em atraso das Administrações Públicas, incluindo as empresas públicas não recllassificadas e os hospitais EPE, aumentaram 46,5M€ face ao mês anterior, refletindo o aumento da dívida dos hospitais EPE (60,2M€).

Dívida Direta do Estado

No final de janeiro, a dívida direta do Estado aumentou 8758,9M€ face ao mês anterior. Este comportamento resultou essencialmente da emissão sindicada dos novos *benchmark* a 10 e 30 anos (em 3,5 mil milhões e 2 mil milhões), do aumento do saldo de CT e CA (em 1471,4M€ e 470,4M€, respetivamente) e CEDIC (em 1197,3M€), parcialmente compensado pela diminuição do *stock* de BT (em 941,4M€).

As variações cambiais contribuíram positivamente para o aumento da dívida em 1578,9M€.

Quadro 2.16. Movimento da Dívida Direta do Estado (milhões de euros)

	31-dez-14	jan-15			31-jan-15
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transacionável	114 789	7 087	3 100	398	119 174
Bilhetes do Tesouro	16 242	1 612	2 554	0	15 300
Obrigações do Tesouro	92 400	5 475	546	55	97 384
Não Transacionável	23 332	5 785	2 645	0	26 473
Cert. de Aforro e do Tesouro	17 189	2 121	179	0	19 131
CEDIC e CEDIM	5 016	3 584	2 385	0	6 214
Prog. de Ajustamento Económico	79 005	0	0	1 233	80 238
Total	217 126	12 873	5 745	1 631	225 885

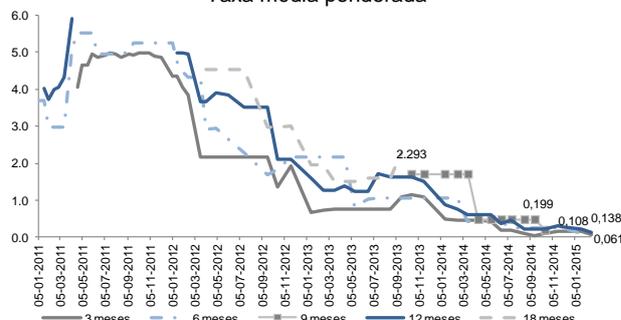
Fonte: IGCP.

Emissões e Amortizações de Dívida

A 11 e 25 de fevereiro, Portugal realizou dois leilões da OT 2,875%Out25, tendo colocado nas fases competitivas 1250M€ e 1499M€, às taxas de 2,5062% e de 2,0411%, respetivamente.

A 18 de fevereiro foram realizados dois leilões de BT, tendo sido colocados na fase competitiva 250M€, a 3 meses, e 1000M€, a 1 ano. A taxa média ponderada da emissão a três meses foi de 0,061% (0,166% na emissão de novembro de igual maturidade) e a 1 ano foi de 0,138% (0,221% na anterior com a mesma maturidade).

Figura 2.30. Emissões de BT
Taxa média ponderada



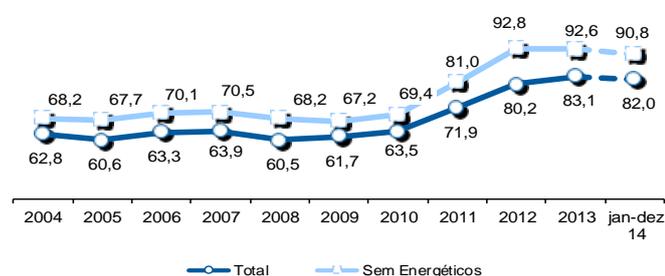
Fonte: IGCP.

3. Comércio Internacional ^[1]

Evolução global ^[2]

De acordo com os resultados preliminares recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, no ano de 2014, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 1,9% enquanto as importações aumentaram 3,2% ^[3]. Nesse período, o défice da balança comercial (fob/cif) agravou-se 9,6%. Excluindo os produtos energéticos, as exportações cresceram 4,1% enquanto as importações registaram uma variação homóloga positiva de 6,1% (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

Intra + Extra-EU (milhões de Euros)	janeiro a dezembro			VH	
	2013	2014	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	47 266	48 181	1,9	4,6	1,9
Importações (cif)	56 906	58 746	3,2	2,0	3,2
Saldo (fob-cif)	-9 640	-10 565	9,6	-8,7	9,6
Cobertura (fob/cif)	83,1	82,0	-	-	-
Sem energéticos:					
Exportações (fob)	42 343	44 085	4,1	5,2	4,1
Importações (cif)	45 746	48 548	6,1	4,2	6,1
Saldo (fob-cif)	-3 403	-4 462	31,1	-2,9	31,1
Cobertura (fob/cif)	92,6	90,8	-	-	-
Extra-EU (milhões de Euros)					
Exportações (fob)	14 032	14 020	-0,1	7,0	-0,1
Importações (cif)	15 947	14 873	-6,7	0,6	-6,7
Saldo (fob-cif)	-1 916	-853	-55,5	-2389,5	-55,5
Cobertura (fob/cif)	88,0	94,3	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

No ano de 2014, as exportações representaram 82% das importações, o que se traduziu num decréscimo de 1,1 p.p. na taxa de cobertura das importações pelas exportações, face ao período homólogo. Excluindo os produtos energéticos, as exportações passaram a representar 90,8% das importações (-1,8 p.p. que no ano transato).

Quadro 3.2. Balança Comercial: mês de dezembro

janeiro a dezembro	Valores em milhões de Euros		
	2013	2014	TVH
Intra+Extra UE			
Exportações (fob)	47 266	48 181	1,9
Importações (cif)	56 906	58 746	3,2
Saldo (fob-cif)	- 9 640	- 10 565	9,6
Cobertura (fob/cif)	83,1	82,0	-
Intra UE			
Exportações (fob)	33 235	34 160	2,8
Importações (cif)	40 959	43 873	7,1
Saldo (fob-cif)	- 7 724	- 9 713	25,7
Cobertura (fob/cif)	81,1	77,9	-
Extra UE			
Exportações (fob)	14 032	14 020	-0,1
Importações (cif)	15 947	14 873	-6,7
Saldo (fob-cif)	- 1 916	- 853	-55,5
Cobertura (fob/cif)	88,0	94,3	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

No ano de 2014, o défice da balança comercial Intra UE agravou-se 25,7% em termos homólogos, com as exportações de mercadorias a crescerem 2,8% e as importações a aumentarem 7,1%. O saldo da balança comercial Extra UE recuperou 55,5% (Quadro 3.2).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	IMPORTAÇÕES (Cif)			EXPORTAÇÕES (Fob)		
	2013	2014	TVH	2013	2014	TVH
jan	4 464	4 920	10,2	3 808	3 929	3,2
fev	4 405	4 663	5,9	3 660	3 827	4,5
mar	4 607	4 755	3,2	3 982	3 952	-0,8
abr	4 837	4 524	-6,5	4 078	3 887	-4,7
mai	4 885	5 004	2,4	4 240	4 090	-3,6
jun	4 600	5 039	9,5	3 929	4 196	6,8
jul	5 218	5 412	3,7	4 377	4 476	2,3
ago	4 237	4 136	-2,4	3 317	3 250	-2,0
set	4 876	5 213	6,9	3 930	4 081	3,9
out	5 399	5 502	1,9	4 240	4 631	9,2
nov	4 801	4 940	2,9	4 157	4 143	-0,3
dez	4 578	4 639	1,3	3 547	3 719	4,9
1º Trím	13 476	14 337	6,4	11 451	11 707	2,2
2º Trím	14 321	14 567	1,7	12 248	12 174	-0,6
3º Trím	14 331	14 761	3,0	11 624	11 807	1,6
4º Trím	14 778	15 081	2,0	11 944	12 493	4,6

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.min-economia.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, n.º2/2015").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de dezembro de 2014 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 250 mil euros para as importações da UE e 250 mil para as exportações para a UE, em 2013). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Exportações de Mercadorias

No ano de 2014, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 1,9%. Excluindo os produtos energéticos, essa variação positiva foi de 4,1%.

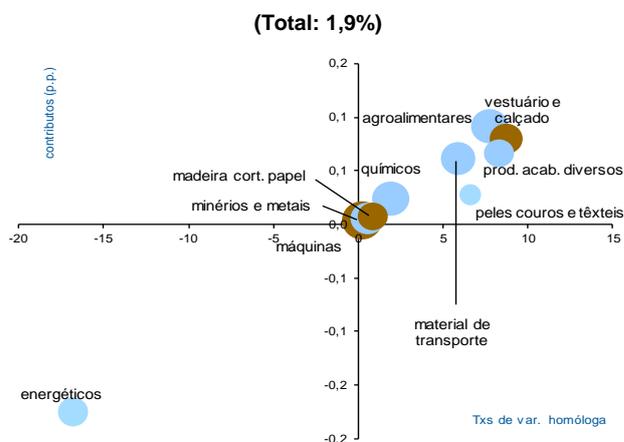
Entre janeiro e dezembro de 2014, destaca-se o contributo positivo dos produtos “Agroalimentares” (+0,9 p.p.), seguido do contributo do “Vestuário e Calçado” (+0,8 p.p.), dos “Produtos Acabados Diversos” (+0,7 p.p.) e do “Material de Transporte” (+0,7 p.p.). As “Máquinas” são o grupo de produtos que maior peso tem nas exportações de mercadorias (14,5%). Seguem-se os “Químicos” (12,6%).

De referir, ainda, os contributos das “Peles, Couros e Têxteis” e dos “Químicos”, para o crescimento das exportações de mercadorias (0,3 p.p. e 0,2 p.p., respetivamente).

A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações em 2014.

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)

Últimos 12 meses a terminar em dezembro de 2014



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:

A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

Quadro 3.4. Exportações * de Mercadorias por Grupos de Produtos

(Fob)

Intra + Extra UE

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
	jan-dez		Anual		jan-dez		últimos 12 meses ^[1]		jan-dez	
	2013	2014	2008	2013	2013	2014	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
Total das Exportações	47 266	48 181	100,0	100,0	100,0	100,0	1,9	1,9	1,9	1,9
000 Agro-Alimentares	5 581	6 015	10,8	11,8	11,8	12,5	7,8	0,9	7,8	0,9
100 Energéticos	4 923	4 096	5,6	10,4	10,4	8,5	-16,8	-18	-16,8	-18
200 Químicos	5 951	6 064	10,7	12,6	12,6	12,6	1,9	0,2	1,9	0,2
300 Madeira, Cortiça e Papel	3 825	3 858	7,8	8,1	8,1	8,0	0,9	0,1	0,9	0,1
400 Peles, Couros e Têxteis	1 968	2 098	4,4	4,2	4,2	4,4	6,6	0,3	6,6	0,3
500 Vestuário e Calçado	4 369	4 749	10,1	9,2	9,2	9,9	8,7	0,8	8,7	0,8
600 Minérios e Metais	4 945	4 972	10,6	10,5	10,5	10,3	0,5	0,1	0,5	0,1
700 Máquinas	6 946	6 964	19,3	14,7	14,7	14,5	0,3	0,0	0,3	0,0
800 Material de Transporte	4 966	5 258	12,2	10,5	10,5	10,9	5,9	0,6	5,9	0,6
900 Produtos Acabados Diversos	3 793	4 107	8,6	8,0	8,0	8,5	8,3	0,7	8,3	0,7
Por memória:										
Total sem energéticos	42 343	44 085	94,4	89,6	89,6	91,5	4,1	3,7	4,1	3,7

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em dezembro de 2014.

[2] $(\text{jan } 14\text{-dez } 14) / (\text{jan } 13\text{-dez } 13) \times 100 - 100$.

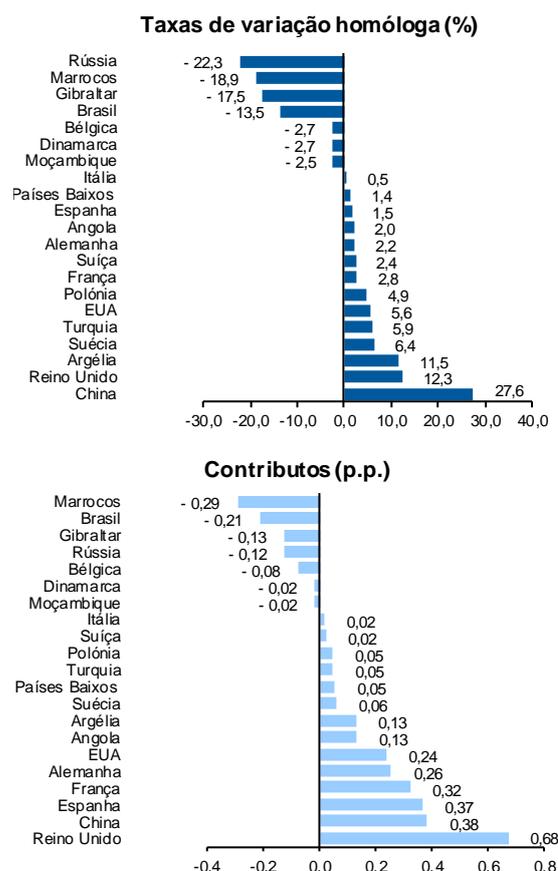
[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share : $(TVH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

No ano de 2014, as exportações para a UE cresceram, em termos homólogos, 2,8%. As exportações com destino aos países da UE-15 aumentaram 2,6% enquanto as exportações com destino aos Países do Alargamento cresceram 7,6%. As exportações para países terceiros registaram uma quebra de 0,1% (Quadro 3.5).

As exportações para o Reino Unido (+0,7 p.p.) e Espanha (+0,4 p.p.) registaram o maior contributo Intra UE-15 para o crescimento das exportações. Seguiram-se as exportações para França e a Alemanha (ambos com +0,3 p.p.).

Entre os países terceiros, destaca-se a variação homóloga positiva das exportações para a China (+27,6%), a Argélia (+11,5%) e a Venezuela (+9,5%). No mesmo período, destaca-se o decréscimo das exportações com destino a Marrocos (-18,9%) e o Brasil (-13,5%) (Figura 3.3).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos
Últimos 12 meses a terminar em dezembro de 2014



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados

Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Destino	Intra + Extra-UE (Fob)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	jan-dez		anual		jan-dez		12 meses ^[1]		jan-dez	
	2013	2014	2008	2013	2013	2014	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL	47 266	48 181	100,0	100,0	100,0	100,0	1,9	1,9	1,9	1,9
Intra UE	33 235	34 160	74,5	70,3	70,3	70,9	2,8	2,0	2,8	2,0
dos quais:										
UE-15	31 709	32 518	71,6	67,1	67,1	67,5	2,6	1,7	2,6	1,7
Espanha	11 775	11 348	27,9	23,6	23,6	23,6	15	0,4	15	0,4
Alemanha	5 503	5 624	12,8	11,7	11,6	11,7	2,2	0,3	2,2	0,3
França	5 494	5 646	11,8	11,6	11,6	11,7	2,8	0,3	2,8	0,3
R.Unido	2 602	2 922	5,5	5,5	5,5	6,1	12,3	0,7	12,3	0,7
P.Baixos	1 889	1 915	3,3	4,0	4,0	4,0	1,4	0,1	1,4	0,1
Itália	1 559	1 567	3,7	3,3	3,3	3,3	0,5	0,0	0,5	0,0
Bélgica	1 338	1 302	2,5	2,8	2,8	2,7	-2,7	-0,1	-2,7	-0,1
Suécia	442	470	1,0	0,9	1,0	0,9	6,4	0,1	6,4	0,1
Dinamarca	317	309	0,7	0,7	0,7	0,6	-2,7	0,0	-2,7	0,0
Alargamento	1 526	1 642	2,8	3,2	3,2	3,4	7,6	0,2	7,6	0,2
Polónia	441	463	0,8	0,9	0,9	1,0	4,9	0,0	4,9	0,0
Extra UE	14 032	14 020	25,5	29,7	29,7	29,1	-0,1	0,0	-0,1	0,0
dos quais:										
Angola	3 113	3 176	5,8	6,6	6,6	6,6	2,0	0,1	2,0	0,1
EUA	1 999	2 111	3,4	4,2	4,2	4,4	5,6	0,2	5,6	0,2
China	658	839	0,5	1,4	1,4	1,7	27,6	0,4	27,6	0,4
Brasil	739	639	0,8	1,6	1,6	1,3	-13,5	-0,2	-13,5	-0,2
Marrocos	733	594	0,7	1,5	1,5	1,2	-18,9	-0,3	-18,9	-0,3
Argélia	527	588	0,5	1,1	1,1	1,2	11,5	0,1	11,5	0,1
Suíça	419	429	0,8	0,9	0,9	0,9	2,4	0,0	2,4	0,0
Turquia	381	404	0,6	0,8	0,8	0,8	5,9	0,0	5,9	0,0
Venezuela	190	208	0,1	0,4	0,4	0,4	9,5	0,0	9,5	0,0
Moçambique	327	318	0,2	0,7	0,7	0,7	-2,5	0,0	-2,5	0,0
Por memória:										
Gibraltar	342	283	0,1	0,7	0,7	0,6	-17,5	-0,1	-17,5	-0,1
PALOP	3 762	3 831	6,9	7,9	8,0	8,0	1,8	0,1	1,8	0,1
EFTA	539	590	1,1	1,1	1,1	1,2	9,3	0,1	9,3	0,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2013.

[1] Últimos 12 meses a terminar em dezembro de 2014.

[2] $(\text{jan } 14 - \text{dez } 13) / (\text{jan } 13 - \text{dez } 12) \times 100 - 100$.

[3] $\text{Contributos para a taxa de crescimento das exportações} = \text{análise shift-share} = (\text{TVH}) \times (\text{peso no período do homólogo anterior}) \div 100$.

Importações de Mercadorias

De janeiro a dezembro de 2014, as importações de mercadorias registaram uma variação homóloga positiva de 3,2% (Quadro 3.6).

O comportamento das importações de “Material de Transporte” e de “Máquinas” foi o principal motor de crescimento das importações, com um contributo positivo de 2,1 p.p. e 1 p.p., respetivamente.

A UE-28 mantém-se como principal mercado de origem das importações portuguesas (74,7%).

No ano de 2014, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário cresceram, em termos homólogos, 7,1%, sendo que as provenientes dos países da UE-15 aumentaram 6,8%. As importações provenientes dos países do Alargamento cresceram 15,9%.

As importações de mercadorias provenientes de países terceiros registaram uma quebra de 6,7%, em termos homólogos. Angola e China destacam-se como sendo os principais mercados extracomunitários de origem das importações de mercadorias (ambos com 2,7% do total). Seguem-se os EUA (1,6%).

Quadro 3.6. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	jan-dez		Anual		jan-dez		12 meses ^[1]		jan-dez	
	2013	2014	2008	2013	2013	2014	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	56 906	58 746	100,0	100,0	100,0	100,0	3,2	3,2	3,2	3,2
Grupos de Produtos										
000-Agro-Alimentares	9 071	8 849	12,9	15,9	15,9	15,1	-2,4	-0,4	-2,4	-0,4
100-Energéticos	11 160	10 198	16,1	19,6	19,6	17,4	-8,6	-1,7	-8,6	-1,7
200-Químicos	9 166	9 562	13,2	16,1	16,1	16,3	4,3	0,7	4,3	0,7
300-Pele, Mad, Cortiça e Papel	2 579	2 753	4,3	4,5	4,5	4,7	6,7	0,3	6,7	0,3
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	3 935	4 324	6,0	6,9	6,9	7,4	9,9	0,7	9,9	0,7
500-Minérios e Metais	4 640	4 811	9,9	8,2	8,2	8,2	3,7	0,3	3,7	0,3
600-Máquinas [4]	8 370	8 923	19,8	14,7	14,7	15,2	6,6	1,0	6,6	1,0
700-Material de Transporte [5]	5 019	6 188	12,2	8,8	8,8	10,5	23,3	2,1	23,3	2,1
800-Prod. Acabados Diversos	2 966	3 136	5,5	5,2	5,2	5,3	5,7	0,3	5,7	0,3
Total sem energéticos	45 746	48 548	83,9	80,4	80,4	82,6	6,1	4,9	6,1	4,9
Mercados de origem										
Intra UE	40 959	43 873	74,8	72,3	72,0	74,7	7,1	5,1	7,1	5,1
dos quais:										
UE-15	39 429	42 101	72,8	69,6	69,3	71,7	6,8	4,7	6,8	4,7
Espanha	18 336	19 061	30,8	32,4	32,2	32,4	4,0	1,3	4,0	1,3
Alemanha	6 466	7 269	13,4	14,4	14,4	12,4	12,4	1,4	12,4	1,4
França	3 819	4 160	8,1	6,8	6,7	7,1	8,9	0,6	8,9	0,6
Itália	2 916	3 079	5,4	5,2	5,1	5,2	5,6	0,3	5,6	0,3
Países Baixos	2 853	2 998	4,8	5,0	5,0	5,1	5,1	0,3	5,1	0,3
Reino Unido	1664	1792	3,3	2,9	2,9	3,0	7,7	0,2	7,7	0,2
Bélgica	1423	1561	2,9	2,5	2,5	2,7	9,7	0,2	9,7	0,2
Suécia	549	663	1,1	1,0	1,0	1,1	20,7	0,2	20,7	0,2
Irlanda	547	614	0,9	1,0	1,0	1,0	12,2	0,1	12,2	0,1
Alargamento	1 529	1 772	2,0	2,7	2,7	3,0	15,9	0,4	15,9	0,4
Extra UE	15 947	14 873	25,2	27,7	28,0	25,3	-6,7	-1,9	-6,7	-1,9
dos quais:										
Angola	2 632	1 606	0,6	4,6	4,6	2,7	-39,0	-1,8	-39,0	-1,8
China	1 370	1 597	2,1	2,4	2,4	2,7	16,5	0,4	16,5	0,4
Brasil	832	865	2,1	1,5	1,5	1,5	4,0	0,1	4,0	0,1
EUA	843	920	1,6	1,5	1,5	1,6	9,2	0,1	9,2	0,1
Nigéria	748	542	2,7	1,3	1,3	0,9	-27,5	-0,4	-27,5	-0,4
Arábia Saudita	695	785	1,0	1,2	1,2	1,3	12,9	0,2	12,9	0,2
Argélia	401	712	1,1	0,7	0,7	1,2	77,7	0,5	77,7	0,5
Cazaquistão	550	814	0,6	1,0	1,0	1,4	48,0	0,5	48,0	0,5
Azerbaijão	428	451	0,1	0,8	0,8	0,8	5,3	0,0	5,3	0,0
Guiné Equatorial	190	212	0,4	0,3	0,3	0,4	11,2	0,0	11,2	0,0
Rússia	1 000	709	0,6	1,8	1,8	1,2	-29,1	-0,5	-29,1	-0,5
Líbia	104	1	1,5	0,2	0,2	0,0	-98,8	-0,2	-98,8	-0,2
Camarões	810	166	0,0	1,4	1,4	0,3	-79,5	-1,1	-79,5	-1,1
OPEP ^[6]	5 036	3 883	8,5	8,9	8,8	6,6	-22,9	-2,0	-22,9	-2,0
EFTA	415	333	1,7	0,7	0,7	0,6	-19,8	-0,1	-19,8	-0,1
PALOP	2 706	1 652	0,7	4,8	4,8	2,8	-38,9	-1,9	-38,9	-1,9

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2013.

[1] Últimos 12 meses a terminar em dezembro de 2014.

[2] $(\text{jan } 14 - \text{dez } 14) / (\text{jan } 13 - \text{dez } 13) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share: $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

[4] Não inclui tractores.

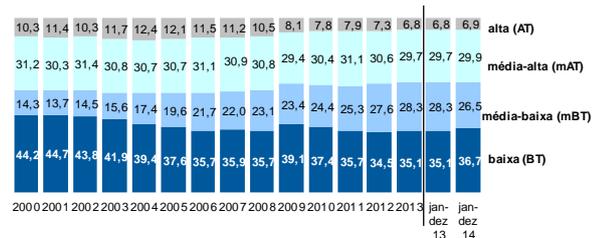
[5] Inclui tractores.

[6] Inclui Angola.

Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

No ano de 2014, as exportações de produtos industriais transformados cresceram, em termos homólogos, 2,1%. As exportações de produtos de média intensidade tecnológica continuaram a representar mais de metade do total das exportações destes produtos (56,4%) (Figura 3.4 e Quadro 3.7).

Figura 3.4. Exportações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Alta tecnologia excluindo "Aeronaves e aeroespacial":



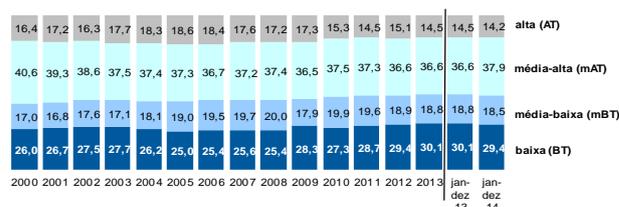
Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

Definição da Intensidade Tecnológica de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, 33, 353); Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 351); Baixa (15-22, 36-37).

As exportações de produtos de baixa, média-alta e alta intensidade tecnológica contribuíram positivamente para o crescimento das exportações deste tipo de produtos (+2,3p.p., +0,8p.p. e +0,2p.p. respetivamente).

As importações de produtos industriais transformados aumentaram 7,1% em termos homólogos, principalmente induzidas pelo forte contributo dos produtos de média alta tecnologia (+4 p.p.).

Figura 3.5. Importações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

Definição da Intensidade Tecnológica de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, 33, 353); Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 351); Baixa (15-22, 36-37).

Quadro 3.7. Exportações e Importações* de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

Intra + Extra-UE

Valores em milhões de Euros

Intensidade Tecnológica	2013	janeiro a dezembro		Taxas variação (%)			% total prod. indust. transf.				Contributos ¹⁾ (p.p.)		
		2013	2014	média 2008-13	2013-12	jan-dez 2014-13	2012	2013	jan-dez		2013	jan-dez 2014	
									2013	2014			
EXPORTAÇÕES													
Total dos prod. indust. transformados	44 646	44 646	45 569	4,0	4,5	2,1	100,0	100,0	100,0	100,0	4,5	2,1	
Alta tecnologia	3 036	3 036	3 137	-4,6	-2,3	3,3	7,3	6,8	6,8	6,9	-0,2	0,2	
- Sem Aeronáutica e aeroespacial ^[2]	2 847	2 847	2 929	-4,7	-3,9	2,9	7,0	6,4	6,4	6,5	-0,3	0,2	
Média-alta tecnologia	13 265	13 265	13 625	3,3	1,5	2,7	30,6	29,7	29,7	29,9	0,5	0,8	
Média-baixa tecnologia	12 653	12 653	12 068	8,4	7,3	-4,6	27,6	28,3	28,3	26,5	2,0	-1,3	
Baixa tecnologia	15 691	15 691	16 739	3,7	6,3	6,7	34,5	35,1	35,1	36,7	2,2	2,3	
Por memória:													
Total das Exportações	47 266	47 266	48 111	4,0	4,5	1,9	100,0	100,0	100,0	100,0	4,5	1,9	
Residual ^[3]	2 621	2 621	2 611	3,7	5,8	-0,4	5,5	5,5	5,5	5,4	0,3	0,0	
IMPORTAÇÕES													
Total dos prod. indust. transformados	43 798	43 798	46 893	-3,4	2,0	7,1	100,0	100,0	100,0	100,0	2,0	7,1	
Alta tecnologia	6 349	6 349	6 671	-6,6	-2,2	5,1	15,1	14,5	14,5	14,2	-0,3	0,7	
- Sem Aeronáutica e aeroespacial ^[2]	5 949	5 949	6 140	-6,2	-3,3	3,2	14,4	13,7	13,7	13,2	-0,5	0,4	
Média-alta tecnologia	16 040	16 040	17 775	-3,8	2,1	10,8	36,6	36,6	36,6	37,9	0,8	4,0	
Média-baixa tecnologia	8 241	8 241	8 684	-4,6	1,3	5,4	18,9	18,8	18,8	18,5	0,3	1,0	
Baixa tecnologia	13 168	13 168	13 763	-0,1	4,4	4,5	29,4	30,1	30,1	29,4	1,3	1,4	
Por memória:													
Total das Importações	56 906	56 906	58 746	-2,4	0,9	3,2	100,0	100,0	100,0	100,0	0,9	3,2	
Residual ^[3]	13 108	13 108	11 853	1,7	-2,5	-9,6	23,8	23,0	23,0	20,2	-0,6	-2,2	

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Definição da Intensidade Tecnológica de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, 33, 353); Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 351); Baixa (15-22, 36-37).

[1] Contributos para a taxa de crescimento das Exportações/Importações de produtos industriais transformados, em pontos percentuais – análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ± 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT não são directamente comparáveis para os anos de 2004 e 2005 uma vez que, a partir de 1 de Janeiro de 2005, as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede para os dados de 2005 e 2006, na medida em que, a partir de 1 de Janeiro de 2006, o mesmo tratamento foi aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros.

[3] Total das Exportações (Importações) – Exportações (Importações) de produtos industriais transformados.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

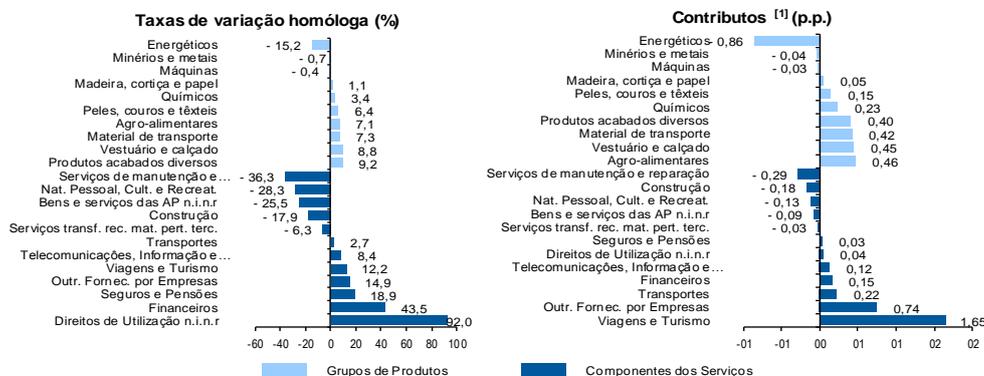
De acordo com os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de novembro de 2014, nos primeiros onze meses de 2014, as “Exportações” (crédito) de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 2,5%. A componente dos Bens contribuiu positivamente (0,8 p.p.) para o crescimento das “exportações” totais.

Nos primeiros onze meses de 2014, a componente dos Serviços representou 32,6% do total das “Exportações” e contribuiu positivamente (1,7 p.p.) para o seu crescimento. Do lado das “Importações” (débito) o peso desta componente foi de 82,4% no total e o seu comportamento reforçou o crescimento das “Importações” totais (4,3%) em 1,6 p.p. (Quadro 3.8).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no último ano a terminar em novembro de 2014, com base em dados do INE para as “Exportações” de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as “Exportações” de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das “Exportações” de Bens e Serviços.

No período em análise, destacou-se o contributo positivo dos produtos “Agroalimentares” (+0,46 p.p.) e do “Vestuário e Calçado” (+0,45 p.p.). Na componente dos serviços, continuam a destacar-se os contributos das rubricas de Viagens e Turismo (+1,65 p.p.) e Outros Fornecimentos por Empresas (+0,74 p.p.).

Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes Último ano a terminar em novembro de 2014



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de bens e serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: TVH x Peso no período homólogo anterior ÷ 100. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (3,5%).

Quadro 3.8. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

	jan-nov		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
			Anual		jan-nov		média anual 08-13	12 meses [1]		jan-nov	
	2013	2014	2008	2013	2013	2014		VH [2]	contrib. p.p. [3]	VH	contrib. p.p. [3]
CRÉDITO (Exportações)											
Bens e Serviços	63 165	64 744	100,0	100,0	100,0	100,0	4,1	3,5	3,5	2,5	2,5
Bens	43 164	43 659	68,6	68,0	68,3	67,4	3,9	1,8	1,2	1,1	0,8
Serviços	20 001	21 085	31,4	32,0	31,7	32,6	4,4	7,1	2,2	5,4	1,7
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	327	307	0,5	0,5	0,5	0,5	3,6	-6,3	0,0	-6,3	0,0
Serv. de manutenção e reparação	496	296	0,9	0,8	0,8	0,5	1,7	-36,3	-0,3	-40,3	-0,3
Transportes	5 075	5 165	7,9	8,0	8,0	8,0	4,3	2,7	0,2	1,8	0,1
Viagens e Turismo	8 578	9 626	13,2	13,5	13,6	14,9	4,5	12,2	1,6	12,2	1,7
Construção	602	472	1,2	1,0	1,0	0,7	0,2	-17,9	-0,2	-21,7	-0,2
Seguros e Pensões	92	114	0,2	0,1	0,1	0,2	-1,2	18,9	0,0	23,6	0,0
Financeiros	218	322	0,9	0,4	0,3	0,5	-12,9	43,5	0,2	47,3	0,2
Direitos de Utilização n.i.n.r.	31	59	0,1	0,0	0,0	0,1	-6,1	92,0	0,0	92,0	0,0
Telecom., Informação e Informática	910	1005	1,5	1,4	1,4	1,6	3,9	8,4	0,1	10,4	0,2
Outr. Fornec. por Empresas	3 184	3 368	4,4	5,4	5,0	5,2	8,4	14,9	0,7	5,8	0,3
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	268	188	0,4	0,4	0,4	0,3	8,3	-28,3	-0,1	-29,9	-0,1
Bens e serviços das AP n.i.n.r.	219	163	0,3	0,3	0,3	0,3	8,2	-25,5	-0,1	-25,4	-0,1
DÉBITO (Importações Fob)											
Bens e Serviços	59 785	62 344	100,0	100,0	100,0	100,0	-2,3	4,3	4,3	4,3	4,3
Bens	49 794	51 385	85,6	83,3	83,3	82,4	-2,8	3,4	2,8	3,2	2,7
Serviços	9 991	10 959	14,4	16,7	16,7	17,6	0,7	8,6	1,5	9,7	1,6
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	38	24	0,0	0,1	0,1	0,0	4,9	-34,4	0,0	-36,3	0,0
Serv. de manutenção e reparação	223	270	0,3	0,4	0,4	0,4	2,1	21,3	0,1	20,8	0,1
Transportes	2 802	3 127	3,6	4,6	4,7	5,0	2,6	9,7	0,5	11,6	0,5
Viagens e Turismo	2 879	3 055	4,0	4,8	4,8	4,9	1,2	6,1	0,3	6,1	0,3
Construção	128	113	0,2	0,2	0,2	0,2	-2,2	-7,9	0,0	-11,5	0,0
Seguros e Pensões	269	304	0,3	0,4	0,5	0,5	6,9	11,5	0,1	13,1	0,1
Financeiros	511	479	1,0	0,8	0,9	0,8	-6,3	-7,6	-0,1	-6,3	-0,1
Direitos de Utilização n.i.n.r.	361	393	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	4,0	0,0	8,7	0,1
Telecom., Informação e Informática	753	911	1,1	1,3	1,3	1,5	0,0	23,5	0,3	21,0	0,3
Outr. Fornec. por Empresas	1 589	1 994	2,5	2,7	2,7	3,2	-0,5	24,2	0,7	25,4	0,7
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	377	207	0,5	0,6	0,6	0,3	1,5	-45,2	-0,3	-45,1	-0,3
Bens e serviços das AP n.i.n.r.	59	81	0,2	0,1	0,1	0,1	-13,9	13,9	0,0	36,6	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
<p>Reunião Conselho ECOFIN</p> <p>17 de fevereiro de 2015</p>	<p>Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 17 de fevereiro de 2015 destacam-se os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE): O Conselho discutiu uma proposta de regulamentação do FEIE, para a qual se pretende obter acordo até Março de 2015. O Conselho concordou que: i) se faça uma avaliação independente do FEIE e da sua pertinência enquanto instrumento permanente, após os primeiros anos de operação; ii) não se altere a proposta da Comissão relativa à reafetação de fundos; e iii) a estrutura de governação deve ser reduzida, garantindo um processo de decisão independente. O FEIE criar-se-á no seio do BEI, que firmará um acordo com a Comissão e a que se poderão juntar estados-membro e terceiros através de participações no capital. Estas terão um tratamento favorável na avaliação que a Comissão fará das finanças públicas de cada Estado-membro. O Fundo será constituído a partir de 16 mil milhões de euros em forma de garantias sobre o Orçamento Europeu e 5 mil milhões provenientes do BEI, num total de 21 mil milhões, cujo efeito multiplicador se estima em 1:15. A sua principal aplicação é financiar projetos estratégicos em toda a EU, nas áreas de infraestruturas de banda larga, energia e transportes, educação, investigação e inovação, energias renováveis e eficiência energética. A proposta da Comissão prevê que a governação seja entregue a um Conselho de Direção, que determinará a orientação geral, as orientações em matéria de investimento, o perfil de risco, as políticas estratégicas e a repartição dos ativos do Fundo, e um Comité de Investimento, que examinará projetos específicos e decidirá quais beneficiarão do apoio do FEIE. ▪ Semestre Europeu – Relatório Anual relativo ao Crescimento e Relatório sobre o Mecanismo de Alerta: O Conselho adotou as conclusões referentes a estes dois relatórios, no âmbito do Semestre Europeu, que ficará concluído em Julho, com as recomendações específicas por país. Para 2015, Relatório Anual relativo ao Crescimento preconiza: i) uma ação coordenada que estimule o investimento; ii) um compromisso renovado com as reformas estruturais; e iii) uma política orçamental responsável. Relativamente ao Mecanismo de Alerta, o relatório identificou dezasseis Estados-membro onde existe risco de desequilíbrios e para os quais serão produzidos relatórios mais aprofundados até ao fim de Fevereiro. São eles: Alemanha, Bélgica, Bulgária, Croácia, Eslovénia, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Hungria, Irlanda, Itália, Portugal, Roménia, Reino Unido e Suécia. ▪ Processo de quitação da execução do Orçamento da União Europeia de 2013 e orientações orçamentais para 2016: Embora lamentando que o Orçamento da EU continue a ter uma taxa de erro superior a 2%, o Conselho aprovou uma recomendação ao Parlamento Europeu sobre a quitação a dar à Comissão Europeia pela execução do orçamento da UE para 2013. Notou que as políticas estritamente geridas pela Comissão apresentam desvios menores que as que envolvem também os estados-membro, mas reconheceu os esforços de ambos na implementação as recomendações do Tribunal de Contas. Quanto ao orçamento de 2016, foram aprovadas as conclusões que estabelecem as prioridades e onde se menciona a necessidade de manutenção da disciplina orçamental na EU, mantendo o equilíbrio entre consolidação orçamental e investimento promotor do crescimento. ▪ Orçamento da EU – Recursos Próprios: O Conselho tomou nota do primeiro

Iniciativa	Sumário
	<p>relatório do Grupo de Alto Nível sobre os recursos próprios, o qual foi estabelecido como parte de um acordo político no âmbito do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020. Compete-lhe rever até 2016 o atual sistema de recursos próprios da UE, com vista a torná-lo mais simples, mais transparente, mais equitativo e democraticamente mais responsável a partir de 2021.</p>
<p>Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial</p>	<p>Esta revisão visa o reforço da concertação e simplificação de procedimentos e uma maior flexibilização no planeamento territorial, tornando-o mais estratégico e programático. Permite-se, assim, um processo de transformação do solo mais célere e adequado às necessidades do ciclo económico.</p>
<p>Conselho de Ministros de 26 de fevereiro</p>	<p>A classificação e reclassificação do solo rústico em urbano traduzem uma opção de planeamento que depende da demonstração da sustentabilidade económica e financeira da transformação do solo e a contratualização da execução do projeto.</p> <p>Consagram-se ainda medidas de reforço da concertação e simplificação de procedimentos, designadamente através da introdução de um procedimento conjunto na elaboração de programas de nível nacional e regional e de planos municipais, evitando-se as soluções paralelas e sobrepostas.</p>
<p>Regime Jurídico dos Jogos e Apostas Online, Código da Publicidade e Tabela Geral do Imposto do Selo</p>	<p>Aprovou, no uso da autorização legislativa, o Regime Jurídico dos Jogos e Apostas Online e alterou o Código da Publicidade, a Tabela Geral do Imposto do Selo e a orgânica do Instituto do Turismo de Portugal, I.P. Este diploma procede à regulação do jogo online, refletindo as recomendações da Comissão Europeia nesta matéria e as melhores práticas internacionais.</p>
<p>Conselho de Ministros de 26 de fevereiro</p>	<p>A exploração é atribuída, mediante licença, a todas as entidades que preencham estritos requisitos de idoneidade e capacidade económica e financeira e técnica.</p> <p>As funções de controlo, inspeção e regulação são cometidas ao Instituto do Turismo de Portugal, I.P., através da sua comissão de jogos e do seu Serviço de Regulação e Inspeção de Jogos, reforçando-se os seus poderes e competências nestas matérias.</p>
<p>Regime Jurídico da Exploração e prática das Apostas Desportivas</p>	<p>Aprovou ainda o regime jurídico da exploração e prática das apostas desportivas à cota de base territorial e alterou a Tabela Geral do Imposto do Selo e os Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.</p>
<p>Conselho de Ministros de 26 de fevereiro</p>	<p>É atribuído à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa o exclusivo, para todo o território nacional, do direito de exploração das apostas desportivas à cota de base territorial.</p> <p>O Estado, detendo o exclusivo da exploração do jogo em Portugal, atribui assim, também em exclusivo, o direito de exploração das apostas desportivas à cota de base territorial a uma entidade que tutela diretamente e à qual reconhece a capacidade, a integridade e idoneidade para desenvolver esta atividade em nome e por sua conta, no integral respeito pelos princípios e valores enunciados.</p>
<p>Lei do Jogo</p> <p>Conselho de Ministros de 26 de fevereiro</p>	<p>Aprovou a alteração à Lei do Jogo. Esta alteração tem um âmbito muito restrito, circunscrevendo-se às normas relativas à adjudicação das concessões, que se torna imperativo conformar, por recomendação da Comissão Europeia, com os princípios do direito da União Europeia e do direito interno.</p>
	<p>O direito de explorar jogos de fortuna ou azar é reservado ao Estado, podendo a exploração ser atribuída mediante concessão a pessoas coletivas privadas, constituídas sob a forma de sociedades anónimas, ou equivalente, com sede num Estado-Membro da União Europeia, ou num Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu que esteja vinculado à cooperação admi-</p>

Iniciativa	Sumário
	<p>nistrativa no domínio da fiscalidade e do combate à fraude e ao branqueamento de capitais, desde que, no caso de sociedades estrangeiras, tenham sucursal em Portugal.</p> <p>A concessão da exploração de jogos de fortuna ou azar nos casinos das zonas de jogo é atribuída mediante concurso público ou concurso limitado por prévia qualificação.</p>
<p>Subconcessão dos Serviços Públicos de Transporte Prestados pela CARRRIS e Metro de Lisboa</p> <p>Conselho de Ministros de 26 de fevereiro</p>	<p>Estabelece-se o início do processo de abertura ao mercado da exploração dos serviços públicos de transporte de passageiros prestados pelas empresas Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A., e Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (ML), através da subconcessão desses serviços.</p> <p>Nesse sentido, os conselhos de administração da Carris e do ML são encarregues de preparar e aprovar os procedimentos necessários ao concurso público destinado à subconcessão referida no número anterior, bem como da condução do mesmo.</p> <p>Refira-se que esta determinação encontra-se em linha com o quadro instituído pelo regulamento da União Europeia que impõe a abertura progressiva dos mercados de transporte público de passageiros a nível europeu.</p> <p>O mesmo regulamento estabelece como principal mecanismo para a atribuição de contratos de serviço público nesses mercados o concurso público, sendo irrelevante, na ótica do direito europeu, se os serviços públicos de transporte de passageiros são operados por entidades públicas ou privadas.</p>
<p>Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros</p> <p>Conselho de Ministros de 19 de fevereiro</p>	<p>Aprovou uma proposta de lei relativa ao Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, por modo rodoviário, fluvial e ferroviário e outros sistemas guiados, incluindo as disposições aplicáveis às obrigações de serviço público e respetiva compensação.</p> <p>Este regime visa melhorar as condições de exploração do serviço público de transporte de passageiros, bem como a satisfação das necessidades dos cidadãos, sem descurar a gestão e o uso eficiente dos recursos públicos, a promoção da qualidade dos serviços, a coesão económica, social e territorial, o desenvolvimento equilibrado do setor e a articulação intermodal.</p> <p>O diploma agora aprovado procede ainda à extinção das Autoridades Metropolitanas de Transportes de Lisboa e do Porto, descentralizando as suas atribuições e competências para as Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, respetivamente.</p>
<p>Fundo de Garantia Salarial</p> <p>Conselho de Ministros de 12 de fevereiro</p>	<p>Aprovou o novo regime do Fundo de Garantia Salarial, que respeita à proteção dos trabalhadores assalariados em caso de insolvência do empregador, congregando num único diploma matéria que se encontrava dispersa.</p> <p>O novo regime transpõe uma diretiva da União Europeia relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros sobre a proteção dos trabalhadores assalariados em caso de insolvência do empregador.</p> <p>Da mesma forma, o Fundo é adaptado ao Programa Revitalizar para garantir que os créditos dos trabalhadores em empresas alocadas ao Processo Especial de Revitalização (PER) e ao Sistema de Recuperação de Empresas por Via Extrajudicial (SIREVE) têm acesso ao Fundo de Garantia Salarial.</p> <p>O Fundo passa a assegurar o pagamento dos créditos que lhe sejam requeridos até um ano a partir do dia seguinte àquele em que cessou o contrato de trabalho, promovendo uma lógica de estabilidade temporal e de segurança jurídica. Adicionalmente, procede-se à articulação entre o regime do Fundo de Garantia Social e os regimes jurídicos do fundo de compensação do trabalho, do meca-</p>

Iniciativa	Sumário
	<p>nismo equivalente e do fundo de garantia de compensação do trabalho. Também, é criada uma norma anti abuso que determina a recusa do pagamento nos casos fraudulentos, nomeadamente conluio ou simulação.</p>
<p>Subsídio Social de Mobilidade</p> <p>Conselho de Ministros de 12 de fevereiro</p>	<p>Aprovou o diploma que regula a atribuição de um subsídio social de mobilidade, no âmbito dos serviços aéreos, aos passageiros residentes na Região Autónoma dos Açores, residentes equiparados e estudantes, utilizadores dos serviços aéreos regulares entre o continente e a Região Autónoma dos Açores e entre esta e a Região Autónoma da Madeira.</p> <p>O auxílio social é de valor variável, por viagem entre o Continente e a Região Autónoma dos Açores e entre esta e a Região Autónoma da Madeira, e a sua atribuição é feita <i>a posteriori</i>, diretamente aos beneficiários.</p>
<p>Estabelecimentos de alojamento local</p> <p>Conselho de Ministros de 5 de fevereiro</p>	<p>Aprovou uma alteração ao regime jurídico da exploração dos estabelecimentos de alojamento local, de forma a especificar a regulação dos «hostels».</p> <p>Nesta alteração clarificam-se ainda alguns aspetos interpretativos do regime jurídico da exploração dos estabelecimentos de alojamento local.</p> <p>O titular da exploração do estabelecimento é obrigado a manter atualizados todos os dados comunicados, devendo proceder a essa atualização no Balcão Único Eletrónico no prazo máximo de 10 dias.</p>
<p>Participação de Portugal no Banco Asiático de Desenvolvimento</p> <p>Conselho de Ministros de 5 de fevereiro</p>	<p>Aprovou o assentimento da República Portuguesa à proposta do Banco Asiático de Desenvolvimento de transferência de ativos do Fundo Asiático de Desenvolvimento para o Banco Asiático de Desenvolvimento.</p> <p>A proposta implica a transferência de cerca de 34,6 mil milhões de dólares de ativos do Fundo, correspondentes a contribuições dos países doadores, entre eles de Portugal, para os capitais próprios do Banco Asiático de Desenvolvimento, permitindo reforçar a capacidade de alavancagem dos recursos já existentes.</p> <p>Portugal beneficia de forma direta com esta medida em três vertentes: reforça a relevância de um Banco que pode ser utilizado pelas empresas e consultores nacionais como porta de entrada na Ásia; as necessidades de contribuições futuras dos países doadores do Fundo diminuem em cerca de 65%; e deixa de ser virtualmente necessário alimentar o Banco com novas injeções de capital por parte dos seus países acionistas a médio e longo prazo.</p>
<p>Sistema da Indústria Responsável (SIR)</p> <p>Conselho de Ministros de 29 de janeiro</p>	<p>Aprovou a alteração do Sistema da Indústria Responsável (SIR), tendo como objetivo a simplificação, celeridade e a diminuição de custos para as empresas.</p> <p>Assim, é garantida a tramitação eletrónica dos procedimentos e a emissão de títulos digitais relativos à instalação e exploração de estabelecimentos industriais e de Zonas Empresariais Responsáveis (ZER).</p> <p>Os procedimentos inerentes ao exercício da atividade industrial passam a estar agregados neste diploma em duas categorias, consoante se trate de estabelecimentos que careçam ou não de vistoria prévia.</p> <p>Os municípios passam a ter um papel reforçado no âmbito dos regimes procedimentais aplicáveis, combinando a figura do atendimento digital assistido relativamente a todos os estabelecimentos industriais do universo SIR com a possibilidade da gestão das zonas empresariais responsáveis.</p> <p>Assinalam-se também as alterações introduzidas ao atual regime de taxas, substituindo-se a atual taxa, de valor variável, e a que acrescem taxas específicas sectoriais, por uma taxa efetivamente única e de valor fixo por procedimento.</p>

Iniciativa	Sumário
<p data-bbox="225 208 448 320">Licenciamento Único Ambiental (LUA)</p> <p data-bbox="225 320 448 432">Conselho de Ministros de 29 de janeiro</p>	<p data-bbox="448 208 1359 387">Aprovou o regime jurídico do Licenciamento Único Ambiental (LUA) que visa a simplificação dos procedimentos dos regimes de licenciamento ambientais, contribuindo para ligar o crescimento económico a comportamentos ambientais responsáveis numa lógica de dinamização da economia nacional e promoção do investimento.</p> <p data-bbox="448 387 1359 465">O LUA incorpora, num único título, até dez regimes de licenciamento no domínio do ambiente atualmente existentes, consoante os casos aplicáveis.</p> <p data-bbox="448 465 1359 611">Para além dos regimes ambientais, o LUA permite a interligação com quaisquer regimes com os quais deva articular-se como, por exemplo, o Sistema da Indústria Responsável, o Regime de Exercício das Atividades Pecuárias, Regulamento de Licenças para Instalações Elétricas, entre outros.</p> <p data-bbox="448 611 1359 835">Refira-se ainda que o Título Único Ambiental (TUA) constitui um título único de todos os atos de licenciamento e de controlo prévio no domínio do ambiente, permanentemente atualizado, que inclui a informação de base da atividade ou instalação, disponibilizada de forma harmonizada para todas as entidades intervenientes, e no qual são inscritas todas as licenças e autorizações concedidas, assegurando o histórico da atividade.</p> <p data-bbox="448 835 1359 947">Assim passará a existir um único processo de licenciamento, uma única taxa ambiental e uma única licença reduzindo significativamente os procedimentos administrativos e os custos para as empresas.</p>
<p data-bbox="225 958 448 1104">Contribuição Extraordinária sobre o Sector Energético (CESE)</p> <p data-bbox="225 1104 448 1216">Conselho de Ministros de 29 de janeiro</p>	<p data-bbox="448 958 1359 1037">Aprovou uma proposta de lei que altera o regime relativo à Contribuição Extraordinária sobre o Sector Energético (CESE).</p> <p data-bbox="448 1037 1359 1261">Foi tida em conta a capacidade contributiva dos potenciais destinatários da contribuição extraordinária, no sentido de não onerar as atividades desenvolvidas por pequenos operadores ou com pouca expressão económica. Esta opção pretende, por um lado, não pôr em causa a sustentabilidade económico-financeira desses operadores e, por outro lado, não restringir a concorrência e o acesso ao mercado energético através da aplicação desta medida.</p> <p data-bbox="448 1261 1359 1485">Apesar da abrangência alargada da CESE - aplicável a todos os subsectores energéticos, como a eletricidade, o gás natural e o petróleo, bem como às atividades das respetivas cadeias de valor -, verificou-se, entretanto, que os desequilíbrios sistémicos do Sistema Nacional de Gás Natural (SNGN) e a prática de preços de venda a clientes finais mais elevados do que na generalidade dos demais Estados-membros, justificam uma redefinição da medida extraordinária.</p> <p data-bbox="448 1485 1359 1798">São alargadas as incidências da CESE, de forma a abranger os contratos de longo prazo de aprovisionamento de gás natural (Take or Pay) com o objetivo de, numa ótica justa e equitativa de repartição dos sacrifícios assumidos por cidadãos e empresas, apoiar os consumidores de energia e contribuir para a sustentabilidade do Sistema Nacional de Gás Natural, a competitividade e o crescimento económico. Esta medida gerará uma receita que será utilizada na redução do preço do gás natural aos consumidores e empresas, estimando-se uma redução de 3% a 5% na fatura (dependendo do tipo de funcionamento), por um período de três anos.</p>
<p data-bbox="225 1809 448 1955">Sistema de gestão de embalagens e resíduos de embalagens</p> <p data-bbox="225 1955 448 2067">Conselho de Ministros de 29 de janeiro</p>	<p data-bbox="448 1809 1359 1888">Aprovou um diploma que estabelece os princípios e as normas aplicáveis ao sistema de gestão de embalagens e resíduos de embalagens.</p> <p data-bbox="448 1888 1359 2067">Este diploma visa a regulação da concorrência no sector com a introdução de regras no domínio das especificações técnicas, na qualificação de operadores de gestão de resíduos de embalagens, na metodologia para a definição dos modelos de cálculo de valores de contrapartidas financeiras e na atualização das capacitações e das objetivações dos sistemas de gestão de resíduos urbanos.</p>

Iniciativa	Sumário
	É também regulada a possibilidade de instalação de uma rede de recolha própria de resíduos de embalagens.

2. Seleção de Medidas Legislativas

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Os princípios da política de emprego</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 13/2015 - Diário da República n.º 17/2015, Série I de 2015-01-26</p>	Define os objetivos e os princípios da política de emprego e regula a conceção, a execução, o acompanhamento, a avaliação e o financiamento dos respetivos programas e medidas.
<p><i>Autorização de assunção de encargos</i></p> <p>Portaria n.º 76/2015 - Diário da República n.º 21/2015, Série II de 2015-01-30</p>	Autoriza entidades do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia a assumirem encargos orçamentais decorrentes da aquisição centralizada de serviços de viagens e alojamentos.
<p><i>Agenda para a Competitividade do Comércio, Serviços e Restauração 2014-2020</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-A/2015 - Diário da República n.º 22/2015, 1º Suplemento, Série I de 2015-02-02</p>	Aprova a Agenda para a Competitividade do Comércio, Serviços e Restauração 2014-2020 e cria o Conselho para o Comércio, Serviços e Restauração, estabelecendo a respetiva composição e funcionamento.
<p><i>Regime Jurídico de Acesso e de Exercício à Atividade Funerária</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 17/2015 - Diário da República n.º 22/2015, Série I de 2015-02-02</p>	Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 109/2010, de 14 de outubro, que estabelece o regime jurídico de acesso e de exercício à atividade funerária, prorrogando o período de transição para a habilitação dos responsáveis técnicos
<p><i>Autorização de assunção de compromissos plurianuais</i></p> <p>Despacho n.º 1104-a/2015 - Diário da República n.º 22/2015, 2º Suplemento, Série II de 2015-02-02</p>	Autoriza o Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS,I.P.) e a Administração Regional de Saúde do Norte, I.P., a Administração Regional de Saúde do Centro, I.P. e a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. a assumir os compromissos plurianuais no âmbito dos contratos-programa a celebrar durante o ano de 2015, com as entidades integradas ou a integrar a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI).
<p><i>Sistema de Recuperação de Empresas por via Extrajudicial, Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas e Código das Sociedades Comerciais.</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 26/2015 - Diário da República n.º 26/2015, Série I de 2015-02-06</p>	Promove um enquadramento mais favorável à reestruturação e revitalização de empresas, ao financiamento de longo prazo da atividade produtiva e à emissão de instrumentos híbridos de capitalização, alterando o Sistema de Recuperação de Empresas por via Extrajudicial, o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas e o Código das Sociedades Comerciais.
<p><i>Estratégia Nacional para as Florestas</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-B/2015 - Diário da República n.º 24/2015, 1º Suplemento, Série I de 2015-02-04</p>	<p>Aprova a Estratégia Nacional para as Florestas (ENF), que constitui a primeira atualização da Estratégia aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 114/2006, de 15 de Setembro.</p> <p>A ENF integra uma reflexão sobre os riscos e as oportunidades que as mudanças de contexto operadas nas últimas décadas trazem ao setor, desde as alterações climáticas e os fenómenos de globalização, até às questões de despovoamento rural do interior e a crescente urbanização do litoral, com referência às respostas políticas desenvolvidas no passado.</p>
<p><i>Sistema de Recuperação de Empresas por via Extrajudicial, Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas e Código das Sociedades Comerciais.</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 26/2015 - Diário da República n.º 26/2015, Série I de 2015-02-06</p>	Promove um enquadramento mais favorável à reestruturação e revitalização de empresas, ao financiamento de longo prazo da atividade produtiva e à emissão de instrumentos híbridos de capitalização, alterando o Sistema de Recuperação de Empresas por via Extrajudicial, o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas e o Código das Sociedades Comerciais.
<p><i>Tabela Única de Suplementos.</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 25/2015 - Diário da República n.º</p>	Explicita as obrigações ou condições específicas que podem fundamentar a atribuição de suplementos remuneratórios aos trabalhadores abrangidos pela Lei Geral do Trabalho em Fun-

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
26/2015, Série I de 2015-02-06	ções Públicas, bem como a forma da sua integração na Tabela Única de Suplementos.
<i>Transferência da Tutela da Caixa Geral de Apo-sentações</i> Decreto-Lei n.º 28/2015 - Diário da República n.º 28/2015, Série I de 2015-02-10	Transfere a superintendência e tutela da Caixa Geral de Apo-sentações, I. P., do Ministério das Finanças para o Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.
<i>Medida Incentivo à Aceitação de Ofertas de Emprego.</i> Portaria n.º 26/2015 - Diário da República n.º 28/2015, Série I de 2015-02-10	Estabelece a Medida Incentivo à Aceitação de Ofertas de Em-prego e revoga a Portaria n.º 207/2012, de 6 de julho.
<i>Medida "Comércio Investe"</i> Despacho n.º 1413/2015 - Diário da República n.º 29/2015, Série II de 2015-02-11	Medida "Comércio Investe" - Fase de apresentação de candi-daturas de projetos individuais e conjuntos de modernização comercial.
<i>Reprivatização indireta do capital social da TAP</i> Despacho n.º 1469-A/2015 - Diário da República n.º 29/2015, 1º Suplemento, Série II de 2015-02-11	Estabelece a data de início das diligências informativas e praz-o de apresentação de proposta vinculativa no processo de reprivatização indireta do capital social da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, S. A. Consultar vigência e produção de efeitos.
<i>Aprovação de Suficiência Orçamental</i> Despacho n.º 1474/2015 - Diário da República n.º 30/2015, Série II de 2015-02-12	Determina a aprovação das declarações de suficiência orça-mental e de cativação de verbas relativas a contratos de presta-ção de serviços - Parque Escolar, E. P. E.
<i>Prorrogação de funcionamento de Comissão de Inquérito</i> Resolução da Assembleia da República n.º 16/2015 - Diário da República n.º 34/2015, Série I de 2015-02-18	Prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão de In-quérito Parlamentar à Gestão do BES e do Grupo Espírito Santo, ao processo que conduziu à aplicação da medida de resolução e às suas consequências, nomeadamente quanto aos desenvolvimentos e opções relativos ao GES, ao BES e ao Novo Banco.
<i>Autorização de repartição de encargos</i> Portaria n.º 109/2015 - Diário da República n.º 34/2015, Série II de 2015-02-18	Autoriza a Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) a proce-der à repartição dos encargos relativos ao contrato Aquisição de Serviços de Auditoria para a execução de trabalhos espe-cializados, no âmbito do Programa PT02.
<i>Autorização de repartição de encargos</i> Portaria n.º 122/2015 - Diário da República n.º 35/2015, Série II de 2015-02-19	Autorização à Secretaria-Geral do Ministério da Administração para proceder à repartição dos encargos relativos à execução do contrato de aquisição dos serviços para a implementação da 3.ª fase do Projeto CONor 112.pt
<i>Revogação da autorização de assunção de compromissos plurianuais</i> Despacho n.º 1831/2015 - Diário da República n.º 36/2015, Série II de 2015-02-20	Revoga a autorização para assunção de compromissos pluri-anuais e celebração dos contratos-programa no âmbito da RNCCI.
<i>Autorização de assunção de compromissos plurianuais</i> Despacho n.º 1832/2015 - Diário da República n.º 36/2015, Série II de 2015-02-20	Autoriza as Administrações Regionais de Saúde, I. P., a as-sumir os compromissos plurianuais no âmbito dos contratos-programa a celebrar durante o ano de 2015, com as entidades integradas ou a integrar a Rede Nacional de Cuidados Conti-nuados Integrados (RNCCI), no âmbito do funcionamento ou da implementação desta rede.
<i>Autorização do pagamento de verbas</i> Portaria n.º 145-A/2015 - Diário da República n.º 36/2015, 1º Suplemento, Série II de 2015-02-20	Autoriza a Metro do Porto, S. A., Entidade Pública Reclassifi-cada, a proceder ao pagamento das verbas referentes à Pro-rrogação do Contrato de Subconcessão da Operação e Manu-tenção do Sistema de Metro Ligeiro na Área Metropolitana do Porto.
<i>Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras e ao Código dos Valores Mobiliários</i> Lei n.º 16/2015 - Diário da República n.º 38/2015, Série I de 2015-02-24	Transpõe parcialmente as Diretivas n.ºs 2011/61/UE e 2013/14/UE, procedendo à revisão do regime jurídico dos or-ganismos de investimento coletivo e à alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras e ao Código dos Valores Mobiliários
<i>Autorização de assunção de compromissos plurianuais</i> Despacho n.º 1928/2015 - Diário da República n.º 38/2015, Série II de 2015-02-24	Autoriza o Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS,I.P.) e as Administrações Regionais de Saúde, I.P. (ARS, I.P.) a assumir os compromissos plurianuais no âmbito dos contratos-programa celebrados e renovados, durante o ano de 2015, com as entidades integradas ou a integrar a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI).

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<i>Autorização de repartição de encargos plurianuais</i> Portaria n.º 148/2015 - Diário da República n.º 39/2015, Série II de 2015-02-25	Autoriza a DRAPLVT a assumir e a proceder à repartição de encargos orçamentais relativos ao contrato de fornecimento de combustíveis rodoviários.
<i>Autorização de repartição de encargos plurianuais</i> Portaria n.º 149/2015 - Diário da República n.º 39/2015, Série II de 2015-02-25	Autoriza o Instituto de Financiamento da Agricultura e das Pescas, I. P. (IFAP, I. P.), a assumir e a proceder à repartição dos encargos relativos ao contrato de aquisição, em regime de AOV de 15 viaturas pelo período de 48 meses.

Abreviaturas Utilizadas

Abreviaturas

Siglas	Descrição	Siglas	Descrição
ACAP	Associação do Comércio Automóvel de Portugal	IUC	Imposto Único de Circulação
ADSE	Direção-geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública	IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
AL	Administração Local	MC	<i>Ministry of Commerce of China</i>
AR	Administração Regional	Michigan	Universidade de Michigan
BCE	Banco Central Europeu	NBSC	<i>National Bureau of Statistics of China</i>
BEA	<i>Bureau of Economic Analysis</i>	OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
BGFRS	<i>Board of Governors of the Federal Reserve System</i>	OE	Orçamento do Estado
BLS	<i>Bureau of Labour Statistic</i>	ONS	Instituto Nacional de Estatística do Reino Unido
BP	Banco de Portugal	OT	Obrigações do Tesouro
BT	Bilhetes do Tesouro	PIB	Produto Interno Bruto
BVLP	Bolsa de Valores de Lisboa e Porto	SDDS	<i>Special Data Dissemination Standard</i>
CE	Comissão Europeia	SFA	Serviços e Fundos Autónomos
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo	SNS	Serviço Nacional de Saúde
CGA	Caixa Geral de Aposentações	SS	Segurança Social
CMM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	UE	União Europeia
COGJ	<i>Cabinet Office Government of Japan</i>	VAB	Valor Acrescentado Bruto
DGEG	Direção-geral de Energia e Geologia	Yahoo	<i>Finance Yahoo</i>
DGO	Direção-geral do Orçamento		
DGT	Direção-geral do Tesouro		
EPA	<i>Economic Planning Agency</i>		
Eurostat	Instituto de Estatística da UE		
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo		
FMI	Fundo Monetário Internacional		
FSO	Instituto Nacional de Estatística da Alemanha		
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia		
GPEARl	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças		
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional		
IGCP	Instituto de Gestão do Crédito Público		
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social		
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		
INE	Instituto Nacional de Estatística		
INSEE	Instituto Nacional de Estatística da França		
IPC	Índice de Preços no Consumidor		
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas		
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares		
IS	Imposto do Selo		
ISM	<i>Institute for Supply Management</i>		
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos		
ISTAT	Instituto Nacional de Estatística da Itália		
ISV	Imposto sobre Veículos		

Siglas	Unidades
%	Porcentagem
p.p.	Pontos percentuais
p.b.	Pontos base
EUR/USD	Dólar americano por euros
EUR/GBP	Libra esterlina por euros
MM3	Médias móveis de três termos
SRE	Saldo de respostas extremas
VA	Valores acumulados
VC	Varição em cadeia
VCS	Valor corrigido de sazonalidade
VE	Valor efetivo
VH	Varição homóloga
VHA	Varição homóloga acumulada
VITA	Varição intertabelas anualizada. Refere-se a Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho publicados desde o início do ano até ao mês em referência e com início de eficácia no respetivo ano

Notas Gerais

Unidade – unidade/medida em que a série se encontra expressa.
: representa valor não disponível.
- não se aplica.